



Guia para negócios e investimento

Brasil - Peru

2009 / 2010



Nossos serviços

Auditoria

Proporcionamos uma opinião profissional independente sobre a informação financeira e não financeira da empresa para cumprir com requerimentos regulatórios e não regulatórios, utilizando metodologia de classe mundial e ferramentas modernas de apoio aos processos de auditoria.

Assessoria e Consultoria de negócios

Ajudamos nossos clientes a proteger e incrementar seu Valor ajudando-os a administrar seus riscos de negócios, mitigando e/ou aproveitando-os como oportunidades para a empresa. Buscamos melhoras mensuráveis no desempenho das suas operações, entendendo e administrando os riscos que podem afetar os resultados financeiros e operacionais.

Oferecemos a nossos clientes assessoria em gestão de sistemas e administração de riscos em Tecnologia da Informação (TI), de forma a proporcionar valor às empresas e baseando-nos na obtenção de eficiência, economias e segurança.

Assessoria tributária

As organizações empresariais enfrentam um constante desafio: conciliar as disposições tributárias, aduaneiras, trabalhistas e de transações com a sua própria estratégia de negócios. Para isso, precisamos de assessores que combinem experiência e amplo conhecimento legal com uma perspectiva de negócios, de maneira que se considerem opções que gerem valor para a empresa.

Transações

Trabalhamos junto a nossos clientes para permitir o crescimento e aumentar a competitividade da organização, maximizando o valor da empresa. Avaliamos (*due diligence*), estruturamos e executamos a transação necessária.

Para mais informação sobre a Ernst & Young visite www.ey.com.

Contatos

Peru:

Jorge Medina
+51 1 411-4411
jorge.medina@pe.ey.com

Paulo Pantigoso
+51 1 411-4418
paulo.pantigoso@pe.ey.com

Juan Paredes
+51 1 411-4410
juan.paredes@pe.ey.com

Fernando Tori
+51 1 411-4479
fernando.tori@pe.ey.com

Andrés Valle
+51 1 411-4440
andres.valle@pe.ey.com

Marco Antonio Zaldívar
+51 1 411-4450
marco-antonio.zaldivar@pe.ey.com

Brasil:

Jorge Luiz Menegassi
+55 11 2573-3702
jorge.l.menegassi@br.ey.com

Eliezer Serafini
+55 11 2573-3704
eliezer.serafini@br.ey.com

Carlos Alberto Miranda
+55 11 2573-3516
carlos.a.miranda@br.ey.com

Antonio Vita
+55 11 2573-3708
antonio.l.vita@br.ey.com

Sergio Romani
+55 11 2573-3706
sergio.r.romani@br.ey.com

Guia para negócios e investimento

Brasil - Peru

2009 / 2010



Guia para negócios e investimento
Brasil - Peru
2009 / 2010

	Página
I. Antecedentes	
1. Dados gerais	3
2. Importância do Peru para o Brasil	6
3. Importância do Brasil para o Peru	8
II. Cenário econômico e ambiente de negócios	
1. Vantagens de realizar negócios no Peru	11
a. Convênios para evitar a dupla tributação	11
b. Resultados econômicos favoráveis	15
c. Âmbito legal favorável para os investidores estrangeiros	19
d. Abertura a mercados internacionais - Tratados de livre comércio celebrados pelo Peru	20
e. Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)	22
2. Intercâmbio comercial entre Brasil e Peru	23
a. Do Brasil ao Peru	23
b. Do Peru ao Brasil	23
c. Intercâmbio comercial	23
d. Investimentos do Brasil no Peru	24
e. Investimentos do Peru no Brasil	24
3. Aspectos macroeconômicos	25
III. A nova integração física entre Brasil e Peru	
1. Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)	31
2. Eixos de integração nos quais participam Brasil e Peru	31
a. Eixo Amazônico (IIRSA Norte)	32
b. Eixo Interoceânico Central (IIRSA Centro)	34
c. Eixo Peru-Brasil-Bolívia (IIRSA Sul)	35
IV. Oportunidades de negócios	
1. Recursos naturais e produção	39
2. Principais mercados de consumo	41
3. Desenvolvimento setorial	42
4. Evolução e destino do investimento estrangeiro no Brasil e no Peru	44

Guia para negócios e investimento
Brasil - Peru
2009 / 2010

	Página
5. Principais organismos de promoção ao investimento peruano - brasileiro	46
a. Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru - Brasil - Capebras	46
b. Conselho Empresarial Peru - Brasil	47
c. Agência de Promoção do Investimento Privado - ProInversión	48
d. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP	49
e. Embaixada do Brasil no Peru - Setor de Promoção Comercial - SECOM	50
f. Consulado do Peru no Brasil - São Paulo	50
 V. Instituição de empresas	 55
 VI. Regime tributário	
1. Impostos diretos	62
2. Impostos indiretos	70
3. Impostos municipais	72
4. Regime aduaneiro	74
5. Outros impostos	80
6. Acordos de estabilidade tributária	80
 VII. Regime trabalhista	 85
 VIII. Apresentação da informação financeira	 93
 IX. Regimes especiais de tributação	 97
 Apêndices	
1. Entidades reguladoras e promotoras do investimento	101
2. Serviços da Ernst & Young para negócios e investimento	104
3. Governo e sistema político	105



I. Antecedentes

I. Antecedentes

Brasil é o país com o maior território da América do Sul e o quinto no mundo. Ocupa uma área de 8.514.876,599 km², que representa aproximadamente a metade da área do continente sul-americano. Tem como capital a cidade de Brasília e faz fronteira com todos os países da América do Sul, com exceção de Chile e Equador. Parte do seu território está coberto pela selva amazônica, com 3,6 milhões de km². É uma República Federativa e se compõe de 26 estados e um Distrito Federal que abrangem cinco regiões geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Peru é o terceiro país com o maior território da América do Sul e está localizado na costa oeste do continente com uma extensão territorial de 1.285.216 km². Tem como capital a cidade de Lima e faz fronteira com o Equador e Colômbia pelo Norte, com Brasil ao Leste e com Chile e Bolívia ao Sul. É uma República composta por 25 governos regionais que abarcam três grandes regiões naturais: i) a região da Costa, que é uma estreita franja desértica de 2.250 km de longitude, que ocupa um 11% da superfície do país e percorre toda a costa do Oceano Pacífico; ii) a região Andina, atravessada pela Cordilheira dos Andes, ocupando 27% do território peruano; e iii) a região da Selva, que se localiza na bacia amazônica e ao leste dos Andes, ocupando 62% do território peruano e limitando-se justamente com o Brasil.

1. Dados gerais

Brasil

O PIB per capita ascende a US\$7.350 (2008)¹.

A moeda brasileira é o Real (R\$).

O Brasil tem um tipo de câmbio de livre movimento. Entretanto, pode-se observar intervenções de política cambial por parte do Banco Central. Existem restrições ou limitações para ter contas bancárias em moeda estrangeira ou para remeter fundos ao exterior.

Peru

O PIB per capita ascende a US\$3.986 (2008)¹.

A moeda peruana é o Nuevo Sol (S/.).

O Peru tem um tipo de câmbio de livre movimento; contudo, pode-se observar intervenção de política cambial por parte do Banco Central da Reserva. Não existem restrições ou limitações para ter contas bancárias em moeda estrangeira ou para remeter fundos ao estrangeiro.

¹ Banco Mundial - World Development Indicators (WDI).

Dados gerais do Brasil e Peru

Peru

 População

28,8 milhões

Urbana: 75,9%

Rural: 24,1%

 Extensão

1,2 milhões de km²

 Moeda*


Nuevo Sol (S/.)

S/. 1 = R\$ 0,60

S/. 1 = US\$ 0,35

 Idioma

Espanhol

 Religião predominante

Católica

Brasil

 População

198,5 milhões

Urbana: 83,8%

Rural: 16,2%

 Extensão

8,5 milhões de km²

 Moeda*

Real (R\$)

R\$ 1 = S/. 1,67

R\$ 1 = US\$ 0,58

 Idioma

Português

 Religião predominante

Católica

*Tipo de câmbio em 16/10/09

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru (INEI).
Banco Central do Brasil / Banco Central da Reserva do Peru (BCRP).

A seguir, uma tabela dos indicadores mais relevantes de cada país, em relação à sua facilidade de fazer negócios.

Facilidade para fazer negócios no Brasil e Peru

Indicador	Brasil	Peru	Latinoamérica e o Caribe
Instituição de empresas			
▶ No. de procedimentos	16,0	9,0	9,5
▶ Duração (dias)	120,0	41,0	61,7
▶ Custo (% RNB per capita)	6,9	24,5	36,6
Obtenção de alvarás de construção			
▶ No. de procedimentos	18,0	21,0	16,7
▶ Duração (dias)	411,0	205,0	225,0
Registro de propriedades			
▶ No. de procedimentos	14,0	4,0	6,8
▶ Duração (dias)	42,0	14,0	70,4
▶ Custo (% do valor do imóvel)	2,7	3,3	5,9

(continua)

Indicador	Brasil	Peru	Latinoamérica e o Caribe
Obtenção de crédito			
▶ Índice de eficiência dos direitos legais (0-10)	3,0	7,0	5,5
▶ Índice de alcance das informações de crédito (0-6)	5,0	6,0	3,3
▶ Cobertura de órgãos de registro públicos (% de adultos)	23,7	23,0	10,0
▶ Cobertura de órgãos de registro privados (% de adultos)	59,2	31,8	33,2
Proteção de investidores			
▶ Índice de transparência (0-10)	6,0	8,0	4,0
▶ Índice de responsabilidade dos diretores (0-10)	7,0	5,0	5,3
▶ Índice de facilidade de processos dos acionistas (0-10)	3,0	7,0	6,0
▶ Índice de eficiência da proteção ao investidor (0-10)	5,3	6,7	5,1
Pagamento de impostos			
▶ No. de impostos (ao ano)	10,0	9,0	33,2
▶ Imposto sobre os lucros (% lucros)	15,7	12,1	20,2
▶ Contribuições e impostos sobre o trabalho (%)	46,9	11,0	14,8
▶ Outros impostos (%)	6,6	17,2	13,2
▶ Alíquota de imposto total (% do lucro)	69,2	40,3	48,3
Comércio entre fronteiras			
▶ Número de documentos para exportar	8,0	7,0	6,8
▶ Tempo para exportar (dias)	12,0	23,0	18,6
▶ Custo para exportar (US\$ por contêiner)	1.540,0	875,0	1.243,6
▶ Documentos para importar (número)	7,0	8,0	7,3
▶ Tempo para importar (dias)	16,0	24,0	20,9
▶ Custo para importar (US\$ por contêiner)	1.440,0	895,0	1.481,0
Fechamento de empresas			
▶ Prazo (anos)	4,0	3,1	3,3
▶ Custo (% dos bens)	12,0	7,0	15,9
▶ Taxa de recuperação (centavos por US\$)	17,1	25,4	26,8

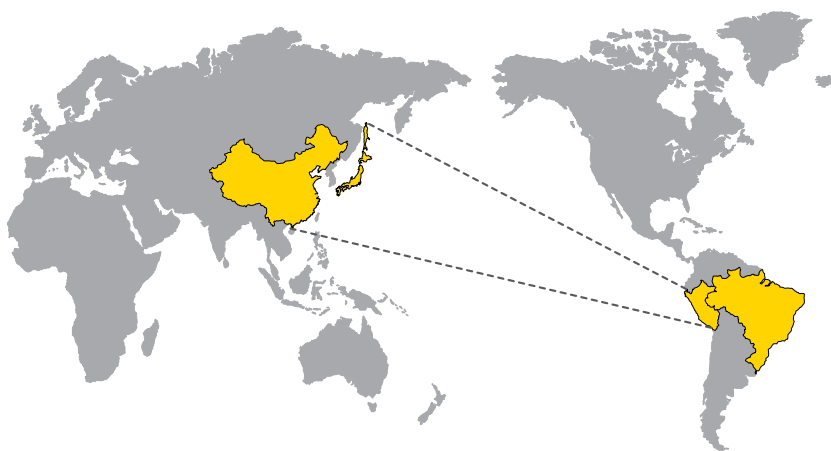
Fonte: Banco Mundial - Doing Business 2010.

2. Importância do Peru para o Brasil

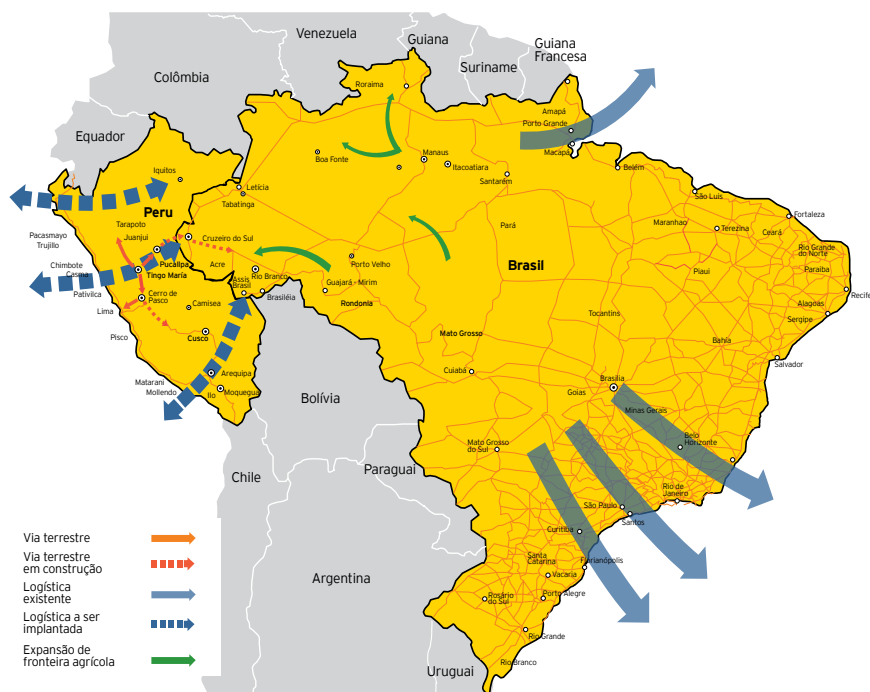
A seguir apresentam-se algumas razões importantes que impulsionam o investimento brasileiro no Peru:

- ▶ O Peru compartilha com o Brasil uma imensa área da Amazônia (ambos países são sócios fundadores do Tratado de Cooperação Amazônica), assim como uma extensa área fronteiriça de quase 3.000 km, que constitui a segunda maior extensão de fronteira brasileira com qualquer país vizinho.
- ▶ A localização central do país na costa central ocidental da América do Sul possibilita sua projeção como núcleo produtivo e comercial regional. O Peru é um “polo regional” natural na zona do Pacífico sulamericano e conta com a cidade costeira mais povoada do Pacífico Sul, Lima, com 8,4 milhões de habitantes. O porto de Callao, atualmente em processo de ampliação, é o mais dinâmico dessa costa. Além disso, o desenvolvimento da iniciativa IIRSA (vide seção III) consolidará o Peru como uma eficaz ponte de conexão entre os mercados da América do Sul, Ásia e Estados Unidos.
- ▶ O Peru conta com uma ampla oferta de terminais portuários, muitos deles em processo de concessão a empresas ou consórcios privados que veem por sua melhoria integral. Os investimentos estimados no desenvolvimento dos terminais portuários são significativos e têm o propósito de converter vários portos peruanos como opções válidas para as exportações brasileiras com saída pelo Oceano Pacífico, sendo alguns dos destinos a China, com a qual o Peru assinou um Tratado de Livre Comércio recentemente, e o Japão, Cingapura e Austrália, com os quais continuam-se negociando convênios bilaterais, além de conetar por mar com todas as Américas. Além disso, o Peru assinou um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Essa oferta de terminais portuários é uma opção válida para a aproximação com os mercados brasileiro e asiático, representada por sua proximidade geográfica da seguinte maneira:

Conexão geográfica entre América do Sul e Ásia



Eixos logísticos e comerciais



Fonte: Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru - Brasil (Capebras).

- ▶ A integração geográfica constitui o principal pilar da iniciativa IIRSA, já que aumenta a complementaridade econômica entre os países e o comércio transfronteiriço, reduz significativamente os custos de transporte, e permite acesso a portos importantes para as exportações e incrementa o turismo, entre outros.
- ▶ Com o Eixo Amazônico (IIRSA Norte), potencializa-se a interconexão do interior do continente com a bacia do Pacífico, com o objetivo de incrementar a competitividade da via de integração costa-serra-selva das zonas norte e centro do território peruano, interconectando o principal centro urbano industrial do país e os estados do Acre e Amazonas no Brasil, assim como melhora a logística de acesso às hidroviárias do Huallaga e Marañón e seus portos com o estado do Amazonas no Brasil.
- ▶ Com o Eixo Interoceânico Central (IIRSA Centro), busca-se a redução significativa dos custos de transporte para cargas brasileiras e peruanas para os oceanos Pacífico e Atlântico, assim como dentro dos próprios países.
- ▶ Com o Eixo Peru-Brasil-Bolívia (IIRSA Sul), abrem-se novas possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico da macrorregião sul do Peru e dos estados do Acre e Rondônia no Brasil, por meio da sua vinculação conjunta, e facilita o acesso desses estados brasileiros, assim como da serra e amazônia peruanas, para os mercados internacionais, em especial da Bacia do Pacífico, impulsionando assim o processo de integração regional.
- ▶ Brasil e Peru beneficiam-se da existência de uma rica história diplomática de convergências bilaterais, regionais e multilaterais. Ambos governos têm declarado prioritária a integração comercial entre as duas economias.
- ▶ O Peru apresenta um desempenho econômico positivo e sustentado há sete anos consecutivos.

- ▶ O Peru apresenta um âmbito legal e tributário favorável para os investidores estrangeiros.
- ▶ O Peru ostenta a liderança na produção de minerais: prata (primeiro produtor no mundo), chumbo, zinco, ouro, cobre, assim como é possuidor de importantes jazidas de fosfatos para a produção de ureia.
- ▶ O Peru é o primeiro exportador do mundo de farinha de pescado, aspargos frescos, páprica e banana orgânica.
- ▶ O Peru oferece um dos principais destinos gastronômicos do mundo².
- ▶ O Peru é o país com o registro mais empreendedor do mundo, com uma taxa de atividade superior a 40%³.
- ▶ O Peru tem celebrado diversos convênios bilaterais de investimento com países desenvolvidos, centrando-se na redução tarifária para a exportação de bens (vide capítulo II.1.d).
- ▶ O Peru possui um regime cambial simples, livre e sem restrições para efetuar transações tanto em Nuevos Soles ou em dólares americanos, assim como para a remessa de dividendos (vide capítulo VI.1).
- ▶ O Peru é uma emergente e interessante fonte de energia hidroelétrica transfronteiriça na selva e alvo de recentes e importantes investimentos brasileiros em gás, fosfatos (ureia), agricultura (etanol), entre outras.

3. Importância do Brasil para o Peru

Estas são algumas das razões pelas quais a economia brasileira é de grande relevância para os peruanos:

- ▶ Constitui a maior extensão de fronteira peruana com outro país vizinho (quase 3.000 km).
- ▶ O mercado local é composto por um total de 198,5 milhões de habitantes; é um país multicultural com distintos hábitos de consumo.
- ▶ O PIB do Brasil corresponde à metade do PIB da América do Sul.
- ▶ O intercâmbio comercial está em expansão (1985 - US\$146,9 milhões; 2008 - US\$3,4 bilhões).
- ▶ 400 das 500 maiores empresas do mundo operam no Brasil.
- ▶ Absorção dos insumos: Brasil é o 10º maior complexo industrial do mundo.
- ▶ Os investimentos de companhias brasileiras no Peru são crescentes e diversificados.
- ▶ Economia e política de governo são estáveis.
- ▶ O crescimento das importações de origem peruana é sustentável.
- ▶ Há oportunidade de exportações nos setores de agroindústria, têxteis, pesca e aquicultura, joalheria e artesanato, além da expansão da gastronomia peruana.
- ▶ Em razão da integração comercial entre os dois países, o Peru tem a possibilidade de prover, em território peruano, serviços logísticos, de terceirização da produção e turísticos a operadores e usuários brasileiros.
- ▶ Há demanda do mercado brasileiro fronteiriço por produtos agrícolas e de construção produzidos nas regiões peruanas limítrofes.

² Bon Appétit, publicação "Destination of the Year".

³ Global Entrepreneurship Monitor: estudo realizado por Babson College e London Business School.



II. Cenário econômico e ambiente de negócios

II. Cenário econômico e ambiente de negócios

1. Vantagens de realizar negócios no Peru:

Indicadores econômicos como o crescimento sustentado do Produto Interno Bruto peruano ou a baixa taxa de inflação registrada nos últimos anos, têm chamado a atenção de investidores nacionais e estrangeiros para o Peru. Nesse sentido, este capítulo apresenta dados importantes que explicam as razões pelas quais é vantajoso realizar negócios no Peru. Essas informações são baseadas nos resultados econômicos favoráveis do país, seu âmbito legal propício para os investidores estrangeiros, sua abertura aos mercados internacionais e sua proximidade a importantes economias mundiais graças aos tratados de livre comércio firmados recentemente.

O Peru tem sido a economia latino-americana que melhor tem enfrentado a crise financeira internacional e uma das poucas que cresceram em 2009. Seu sistema bancário é considerado um dos 15 mais sólidos do mundo, à frente de muitos países desenvolvidos. O investimento estrangeiro é um aspecto chave na política econômica e o Governo espera que o entorno social e econômico melhore, a fim de continuar escalando em seus índices de competitividade e de atração e investimentos. Tem-se fixado, ademais, estar entre os 25 melhores países para investimento, de acordo com a qualificação Doing Business do Banco Mundial. Um exemplo da vontade de abertura aos investimentos é o crescimento das concessões a longo prazo da infraestrutura portuária e viária, assim como a possibilidade de que investidores ou empresas privadas proponham projetos de infraestrutura que estes ou terceiros, por meio de uma licitação pública, construam e gerenciem.

a. Convênios para evitar a dupla tributação

Em 14 de agosto de 2009 foi firmado o convênio para evitar a dupla tributação entre Peru e Brasil. No entanto, sua aplicação entra em vigor em 1º de Janeiro de 2010.

A dupla tributação é um fenômeno que aparece quando um mesmo sujeito (pessoa física ou jurídica) é submetido à tributação em dois (ou mais) países diferentes, por uma mesma renda, pelo mesmo período de tempo e pelo mesmo imposto. A maioria dos sistemas tributários prevêem mecanismos que atendem a diminuir (senão eliminar) essa dupla tributação. Esses mecanismos podem ser classificados em dois grupos: i) os mecanismos unilaterais, que consistem no outorgamento de um crédito tributário que reconhece o imposto pago no exterior, ainda que sujeito a certos limites, e ii) os mecanismos bilaterais, que consistem na assinatura de convênios para evitar a dupla tributação internacional.

Se bem ambos mecanismos têm como objetivo central evitar a dupla tributação, desde a perspectiva da planificação tributária, a celebração dos convênios (mecanismos bilaterais) cria um âmbito de estabilidade que influenciará as decisões que poderão ser tomadas por investidores estrangeiros que desejem investir no Peru.

Assim, o convênio para evitar a dupla tributação subscrito entre o Peru e o Brasil (a seguir, o convênio) atribui a autoridade tributária em forma exclusiva ao país de residência para os benefícios empresariais e, em relação com outras rendas, como dividendos, juros, royalties e rendas do trabalho independente e dependente, distribui dita potestade entre os dois países aplicando um sistema de tributação compartilhada.

A seguir estão descritas as principais regras aplicáveis, segundo o convênio, a cada um dos tipos de rendas mencionados anteriormente.

- ▶ **Rendas empresariais** - A respeito das rendas empresariais, o convênio atribui o direito exclusivo de gravar os benefícios empresariais ao país de residência, salvo que a empresa realize suas atividades em outro país por meio de um estabelecimento permanente, em cujo caso o convênio opta por um sistema de tributação compartilhada entre o país de residência e o país fonte.

É importante assinalar que, para esses propósitos, “estabelecimento permanente” significa um lugar fixo de negócios mediante o qual uma empresa realiza toda ou parte de sua atividade (compreende especialmente, entre outros, as sedes de direção, sucursais, escritórios, fábricas, oficinas, minas, poços de petróleo ou gás, pedreiras ou qualquer outro lugar em relação com a exploração ou exploração de recursos naturais).

Nota-se que, diferentemente de outros convênios para evitar a dupla tributação subscritos pelo Peru, esse convênio não considera como um suposto de “estabelecimento permanente” a prestação de serviços que impliquem a presença de pessoas no outro país durante um período de 183 dias dentro de um período qualquer de doze meses. Isso significa que qualquer tipo de serviços será regido pelo sistema de retenções.

- ▶ **Dividendos** - Em relação às rendas por dividendos, o convênio estabelece que a tributação estará a cargo do país de residência. Contudo, se assinala expressamente, como exceção, que quando o beneficiário efetivo do pagamento dos dividendos residir no outro país (por exemplo, o Brasil), o país encarregado da aplicação do imposto é aquele em que se encontra a sociedade que pague os dividendos (por exemplo, o Peru).

Para esses propósitos, o convênio estabelece que o imposto não poderá exceder as seguintes porcentagens a efeitos de poder incidir na fonte aos dividendos:

- ▶ 10% do valor bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo é uma sociedade que controla direta ou indiretamente não menos de 20% das ações com direito a voto da sociedade que paga esses dividendos; e
- ▶ 15% do valor bruto em todos os demais casos.

No Peru, atualmente a alíquota de retenção do Imposto de Renda de pessoas não domiciliadas, aplicável aos dividendos, é de 4,1%, isto é, inferior aos limites estabelecidos no convênio (vide capítulo VI.1).

Nesse sentido, o termo “dividendos”, segundo o convênio, inclui as rendas das ações, ações de gozo ou usufruto sobre ações, das partes de minas, das partes de fundador ou outros direitos, exceto os de crédito, que permitam participar nos benefícios, assim como os rendimentos de outras participações sociais sujeitas ao mesmo regime tributário que as rendas das ações pela legislação do país do qual a sociedade que faz a distribuição seja residente.

- ▶ **Juros** - O convênio também estabelece que a tributação de rendas por juros estará a cargo do país de residência. Contudo, assinala-se expressamente, como exceção, o suposto de que quando o beneficiário efetivo do pagamento dos juros é um residente de outro país (por exemplo, o Brasil), o país encarregado da aplicação do imposto é aquele em que se encontra a fonte pagadora dos juros (onde reside o devedor, por exemplo, o Peru). O convênio estabelece que se aplicará uma alíquota máxima de 15% sobre o valor bruto dos juros.

Nota-se que no Peru, as alíquotas de retenção do Imposto de Renda de indivíduos não domiciliados, aplicável aos juros, são atualmente de :

- ▶ 1%: aplicável a empresas bancárias e financeiras estabelecidas no país pela utilização no país de suas linhas de crédito no exterior.
- ▶ 4,99%: aplicável ao pagamento de juros derivados de créditos externos e inferiores à alíquota preferencial predominante na praça de origem mais 3 pontos. É exigida a demonstração do depósito da moeda estrangeira no país.
- ▶ 30%: aplicável ao pagamento de juros que não cumpram o caso anterior e caso o prestador seja uma empresa vinculada ou localizada em paraíso fiscal.

Em virtude disso, em aplicação do convênio, no terceiro suposto a alíquota de retenção será de 15%.

Para efeitos da aplicação do convênio, o termo “juros” significa as rendas de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, e, em particular, as rendas de valores públicos e as rendas de bônus e obrigações, assim como qualquer outra renda que a legislação tributária do país de onde procedem os juros assimile às rendas das quantidades dadas em empréstimo.

- ▶ **Royalties** - Como os casos anteriores (dividendos e juros), o convênio também estabelece que a tributação de *royalties* estará a cargo do país de residência. Contudo, quando o beneficiário efetivo do pagamento dos *royalties* é um residente de outro país (por exemplo, Brasil), quem se encarregará de aplicar o imposto é o país em que se encontre a fonte pagadora dos *royalties* (por exemplo, o Peru). O convênio estabelece que a alíquota aplicada não pode exceder 15% do valor bruto dos *royalties*.

Nota-se que, no Peru, atualmente a alíquota de retenção do Imposto de Renda de pessoas não domiciliadas, aplicável aos *royalties* é de 30%, ou seja, superior aos limites estabelecidos no convênio. Em consequência, na aplicação do convênio a alíquota de retenção será de 15%.

O termo *royalties* empregado pelo Convênio significa as quantidades pagas pelo uso, ou o direito de uso, ou o direito de autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas, incluídas nos filmes cinematográficos ou filmes, fitas e outros meios de reprodução de imagem e som, de patentes, marcas de fábrica ou de comércio, desenhos ou modelos, planos, fórmulas ou procedimentos secretos ou outra propriedade intangível, ou pelo uso ou direito de uso de equipamentos industriais, comerciais ou científicos, ou por informações relativas a experiências industriais, comerciais ou científicas.

- ▶ **Serviços prestados por empresas** - É importante mencionar que, diferentemente de outros convênios para evitar a dupla tributação subscrita pelo Peru, o tratamento dos serviços (serviços técnicos, assistência técnica, serviços digitais e empresariais) é assimilado ao dos *royalties*. Nesse sentido, a contraprestação de tais serviços estará sujeita à retenção no país da fonte com uma alíquota máxima de quinze por cento (15%) do valor bruto.

Note-se que, segundo o regime geral do Imposto de Renda, o indivíduo não domiciliado no país deve tributar com a alíquota de Imposto de Renda de 30% pelos serviços prestados no território peruano (incluindo o caso dos serviços digitais utilizados economicamente no Peru), salvo se estes se qualificarem como serviços de assistência técnica (seja que se prestem no país ou no exterior), em que a alíquota do Imposto de Renda será de 15%.

Em razão disso, em caso de aplicação do convênio, em todas as situações a alíquota de retenção será de 15%.

- ▶ **Serviços pessoais independentes** - De acordo com o convênio, a tributação está reservada, por regra geral, ao país de residência, salvas as seguintes exceções:

- ▶ Que as remunerações sejam pagas por um residente do outro país (por exemplo, se o pagamento é feito por um residente do Peru, o imposto será aplicado pelo Peru), ou por um estabelecimento permanente neste outro país, ou;
 - ▶ Quando a pessoa permanece em outro país (por exemplo, o Peru) por um período igual ou superior a 183 dias dentro de um período qualquer de 12 meses, ou;
 - ▶ Se os serviços independentes forem prestados em outro país (por exemplo, o Peru) e a pessoa tiver uma base fixa disponível neste outro país.
- ▶ **Serviços pessoais dependentes** - O convênio aplica o mesmo critério do caso anterior, ou seja, incidir tributo sobre as rendas obtidas pela realização desses serviços no país de residência, sempre e quando:
- ▶ O trabalhador recebedor da renda não permanecer no território do outro país durante um período igual ou superior aos 183 dias em qualquer período de 12 meses;
 - ▶ Que as remunerações se paguem por ou em nome de uma pessoa empregadora que não seja residente no outro país;
 - ▶ Que essas remunerações não sejam imputadas a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa do empregador localizado no outro país.

É importante assinalar que, para evitar a dupla tributação, o Peru permitirá a seus residentes creditar o imposto pago no Brasil como crédito contra o imposto a pagar no Peru. Contudo, o crédito não poderá exceder o imposto local atribuível à renda que possa submeter-se à tributação no Brasil. Dessa forma, quando uma sociedade residente no Brasil pagar um dividendo a uma sociedade residente no Peru que controle pelo menos 10% das ações com direito a voto da primeira, o crédito poderá considerar o imposto pago no Brasil pela sociedade a respeito dos lucros sobre os quais o dividendo é pago.

Por outro lado, o Brasil permitirá a seus residentes utilizar o imposto pago no Peru como crédito de acordo com a legislação brasileira. Esse crédito não poderá exceder o imposto local correspondente à renda submetida à tributação no Peru.

Finalmente, é preciso lembrar que, além do convênio para evitar a dupla tributação subscrita com o Brasil, o Peru mantém vigente convênios para evitar a dupla tributação com os seguintes países:

- ▶ Bolívia, Colômbia, Equador (no âmbito da Comunidade Andina das Nações - CAN, Decisão 578),
- ▶ Canadá,
- ▶ Chile.

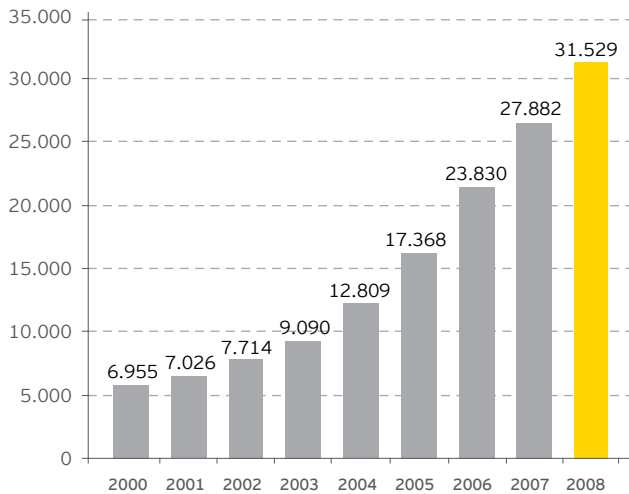
Os dois últimos baseiam-se no tratamento das rendas e o capital do Modelo do Convênio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

b. Resultados econômicos favoráveis

O Peru tem um excelente desempenho econômico, registrando um crescimento econômico sustentado desde 2002. Em 2008, o PIB cresceu 9,8% (8,9% em 2007), uma das taxas de crescimento mais altas do mundo, devido basicamente ao incremento das exportações, crescimento sustentado do investimento privado, expansão do intercâmbio comercial, incremento das reservas internacionais líquidas, melhoria da posição fiscal devido ao aumento substancial das receitas, entre outros.

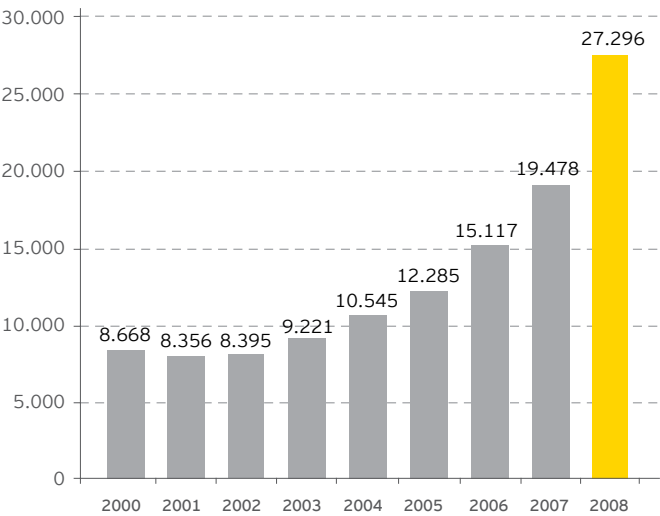
Como resultado de uma boa gestão econômica, o Peru continua sendo um dos países latino-americanos de menor inflação. Seu sistema cambial é também um dos mais estáveis na região latinoamericana.

Incremento das exportações (em milhões de US\$)



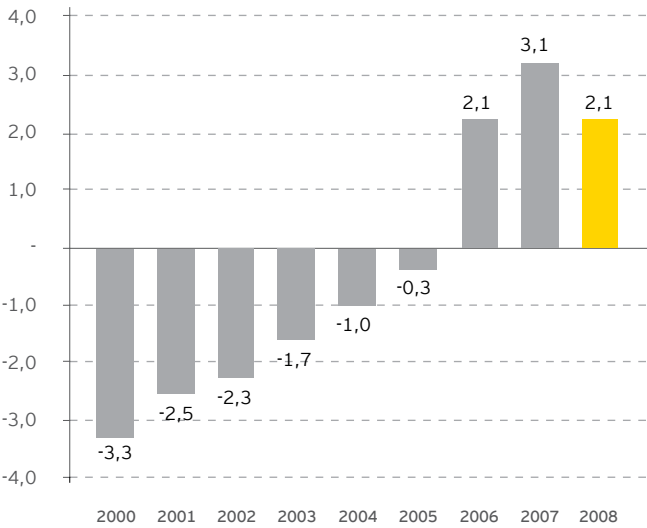
Fonte: ProInversión.

Crescimento sustentado do investimento privado
(em milhões de US\$)



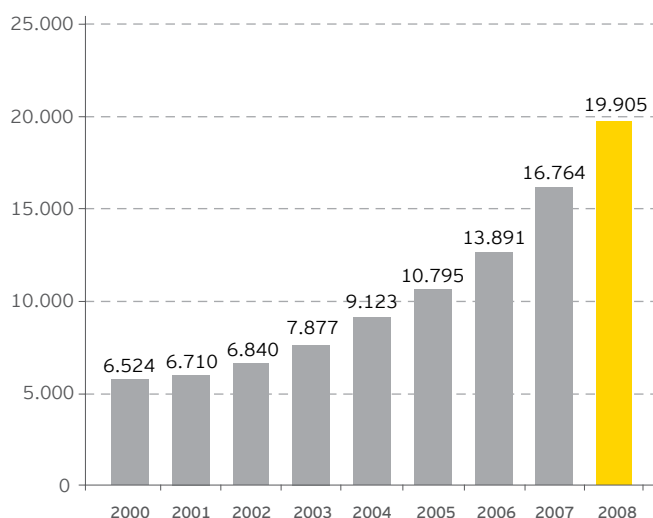
Fonte: ProInversión.

Melhora da posição fiscal
(em % do PIB)



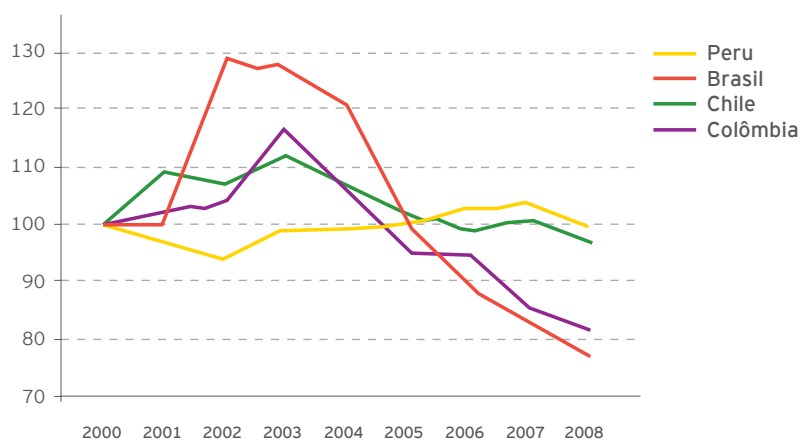
Fonte: ProInversión.

Incremento das receitas públicas (em milhões de US\$)



Fonte: ProInversión.

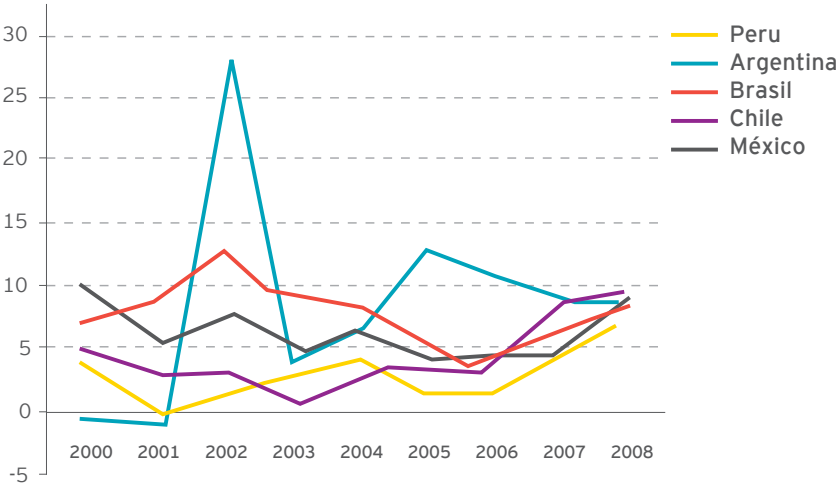
Tipo de câmbio latino-americano (índice 2000 = 100)



Tipo de câmbio médio 2008: S/. 2,9 por US\$ 1

Fonte: ProInversión.

Inflação latino-americana
(variação anual %)



Fonte: ProInversión.

O investimento no Peru vem crescendo a um ritmo de 20% ao ano e reconhecidos analistas prognosticam que se mantenham taxas similares nos próximos anos, devido ao substancial aumento da confiança dos investidores e dos consumidores no país, o que é reforçado pela recente qualificação da economia peruana como “grau de investimento”. A respeito disto, a agência qualificadora de risco creditício Standard & Poor’s outorgou ao Peru, no mês de julho de 2008, o grau de investimento, ao elevar a qualificação da dívida peruana de longo prazo em moeda estrangeira à categoria “BBB-”, desde um nível de “BB+”. Essa qualificação soma-se às certificações previamente outorgadas por Fitch Ratings (abril de 2008) e Dominion Bond Rating Service (outubro de 2007).

Grau de investimento do Brasil e do Peru

País	S&P	Fitch	Moody's
Chile	A+	A	A1
México	BBB+	BBB+	Baa1
Peru	BBB-	BBB	Ba1
Brasil	BBB-	BBB	Baa3
Colômbia	BB+	BB+	Ba1
Venezuela	BB-	B+	B2
Argentina	B-	RD	B3
Bolívia	B-	B-	B3
Equador	SD	RD	Ca

Atualizado em outubro de 2009.

Fonte: JP Morgan / Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's.

S&P / Fitch	Moody's	Característica	
AAA	Aaa	Livre de risco	
AA+	Aa1	Qualidade superior	} Grau de investimento
AA	Aa2		
AA-	Aa3		
A+	A1	Alta capacidade de pagamento	
A	A2		
A-	A3		
BBB+	Baa1	Moderada capacidade de pagamento	
BBB	Baa2		
BBB-	Baa3		
BB+	Ba1	Alguma capacidade de pagamento	
BB	Ba2		
BB-	Ba3		
B+	B1	Alta incerteza da capacidade de pagamento	
B	B2		
B-	B3		
CCC+	Caa1	Alta vulnerabilidade a inadimplência	
CCC	Caa2		
CCC-	Caa3		
D	Ca	Inadimplência	

Fonte: Bloomberg.

Essa melhora na qualificação da dívida peruana responde ao sólido crescimento econômico, à redução do grau de dolarização, à melhoria das contas fiscais e à redução do peso da dívida, assim como à acumulação das reservas como resultado de um significativo superavit comercial.

c. Âmbito legal favorável para os investidores estrangeiros

O Peru oferece um âmbito legal⁴ que protege os interesses do investidor estrangeiro, oferecendo:

- ▶ Um trato não discriminatório e igualitário
- ▶ Acesso sem restrições à maioria dos setores econômicos
- ▶ Livre transferência de capitais
- ▶ Livre concorrência
- ▶ Garantia à propriedade privada (não expropriações ou estatizações)
- ▶ Liberdade para adquirir ações de empresas nacionais
- ▶ Liberdade para ascender ao crédito interno e externo

⁴ Disposições Constitucionais, “Ley de la Inversión Extranjera”, Decreto Legislativo Nº 662, “Ley Marco para el crecimiento de la Inversión Privada”, Decreto Legislativo Nº 757, “Ley de promoción de la inversión privada en Obras Públicas de Infraestructura y de Servicios Públicos”, TUO aprobado pelo Decreto Supremo Nº 059-96-PCM. Extraído de ProlInversión.

- ▶ Liberdade para enviar *royalties*
- ▶ Rede de convênios de investimentos e membro do Comitê de Investimentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- ▶ O Peru é membro do CIADI e do MIGA (entidades internacionais de arbitragem)

Os investimentos estrangeiros diretos devem ser registrados na Agência de Promoção do Investimento Privado (ProlInversión) - vide capítulo IV.5.b.

Os investidores estrangeiros podem enviar ao exterior (sem restrição alguma) os lucros líquidos originados nos investimentos registrados, assim como também efetuar a transferência de suas ações, dos direitos de propriedade ou participação, reduzir capital e dissolver as empresas.

d. Abertura a mercados internacionais - Tratados de livre comércio celebrados pelo Peru

O bom desempenho das relações internacionais é de vital importância para o desenvolvimento sustentado de uma nação. Diante disso, na última década a abertura de novos mercados internacionais tem permitido ao Peru obter um maior dinamismo em sua economia, o que se vê refletido na assinatura de tratados de livre comércio (TLC) com países industrializados, o que tem aumentado a oferta portuária e levado a um significativo crescimento das exportações.

Atualmente, o Peru participa de diversos acordos comerciais regionais, acordos multilaterais e acordos comerciais bilaterais. A seguir, um resumo dos principais tratados⁵:

Tratado de Livre Comércio Peru - China

Em termos econômicos, a China mostrou o crescimento mais elevado em nível mundial nas últimas duas décadas (em torno de 10% ao ano de maneira sustentada).

A assinatura desse tratado em abril de 2009 significou ao Peru a abertura a um mercado de 1,3 bilhão de habitantes, dos quais 350 milhões são consumidores com grande potencial de compra.

De 2002 a 2008, as exportações peruanas à China registraram um crescimento médio de 38% ao ano. Como segundo parceiro comercial do Peru, depois dos Estados Unidos, o comércio bilateral (sem TLC) alcançou os US\$7.300 milhões. Com a assinatura desses tratados espera-se elevar esse intercâmbio a US\$10.000 milhões em um prazo de 2 ou 3 anos. O Peru exporta à China, principalmente, cobre, mineral de ferro e zinco. Por sua vez, a China envia maquinaria, telefones celulares e produtos de alta tecnologia.

Além de aumentar o comércio bilateral, esse TLC tem como objetivo impulsionar o investimento da China em território peruano e facilitar o investimento em setores como mineração e energia elétrica, eólica, petróleo e gás, e pesca, que são setores nos quais se demanda infraestrutura. O acordo abrange uma série de aspectos que poderiam dinamizar quase todos os setores da economia peruana.

Prevê-se que um dos segmentos mais beneficiados será o agrícola: mais de 300 produtos agrícolas peruanos como o aspargo, a páprica e o feijão de tipo castilla, ingressarão na China sem pagar imposto.

⁵ Ministério de Relações Exteriores do Peru e ProlInversión.

Tratado de Livre Comércio Peru - Estados Unidos

Em 2002 foi promulgada a Lei de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação da Droga (ATPDEA, pelas siglas em inglês), anteriormente conhecida como a Lei de Preferências Tarifárias Andinas, a qual constituía um regime de exceções do pagamento de tarifas outorgadas unilateralmente pelos Estados Unidos à Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

O Acordo de Promoção Comercial (APC) firmado com os Estados Unidos em abril de 2006 e ratificado em junho do mesmo ano, e vigente desde 1º de fevereiro de 2009, consolida as preferências tarifárias outorgadas temporalmente por meio da Lei ATPDEA, as mesmas que explicam grande parte do dinamismo das exportações nos últimos anos e consolida as reformas da política comercial implementadas pelo Peru durante os anos 90.

Durante a vigência dessa Lei, foram incluídos determinados produtos para a sua exoneração tributária, culminando com a assinatura do Tratado de Livre Comércio.

Acordo de Complementação Econômica (ACE) Peru - MERCOSUL

Com esse acordo busca-se formar uma área de livre comércio entre o Peru e os quatro países integrantes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação de restrições tarifárias e não tarifárias que afetam o intercâmbio recíproco de bens e serviços.

Comunidade Andina das Nações (CAN)

O Peru é membro da CAN em acordos relacionados com o desgravamento tarifário ao comércio de bens, à liberação subregional de mercados de serviços, às normas comunitárias referidas à propriedade intelectual, transporte terrestre, aéreo e aquático, telecomunicações e uma ampla gama de outros temas de comércio.

Acordo de Complementação Econômica

Esse tratado foi assinado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Mediante esse acordo, as partes outorgam preferências tarifárias, consistentes tanto na redução do gravame como no livre acesso de certos produtos. Em junho de 2003 incluíram-se novos produtos e, em dezembro do mesmo ano, o acordo foi renovado, agregando-se novas tarifas à lista de livre acesso.

Acordo de Complementação Econômica Peru - Chile

Esse tratado é um acordo do tipo comercial assinado em 2006, vigente desde 1º de março de 2009. O texto do acordo de livre comércio reformula e substitui o acordo de complementação econômica entre Chile e Peru, assinado em 1998, conjuntamente com seus apêndices, protocolos e demais ferramentas.

O tratado reúne um cronograma de desoneração tarifária progressiva para as mercadorias originárias nos dois países, que culminará no ano 2016. Até lá, a maior parte dos bens descritos nas tarifas de aduana já se encontra com desoneração de 100%.

O acordo estabelece também procedimentos de solução das controvérsias Investidor - Estado.

Foro de Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC)

O Peru é membro da APEC desde 1998 e o ingresso a esse foro responde ao desejo de consolidar os vínculos econômicos existentes e gerar maiores relações econômicas com a região que, nos últimos anos, tem apresentado um maior dinamismo em termos de crescimento econômico. O mercado da APEC abrange quase o 50% da população mundial, de forma que tende a se converter em um eixo natural entre as economias industrializadas da Ásia e as economias emergentes latinoamericanas.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

É o foro de negociação em que se discutem as normas que regem o comércio nos países de todo o mundo. O Peru é membro da OMC desde sua conformação em 1995.

Outros convênios

O Peru também celebrou outros convênios com: Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Malásia, Noruega, Países Baixos, Paraguai, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, República da Coreia, República Popular da China, Romênia, Cingapura, Suécia, Suíça, Tailândia, Reino da Bélgica, Luxemburgo e Venezuela.

O Peru também vem negociando um novo Tratado de Livre Comércio com o Japão.

e. Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)

Por sua grande importância e impacto na nova integração física entre o Peru e o Brasil, a IIRSA é uma iniciativa multinacional entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações dos doze países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), que envolve aspectos econômicos, jurídicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

A IIRSA tem por objetivo o desenvolvimento da infraestrutura regional em um marco de competitividade e sustentabilidade crescente, a fim de alcançar um padrão de desenvolvimento estável, eficiente e equitativo, promovendo a integração física em nível continental da região. Na capítulo III dedicamos uma descrição especial da relevância da IIRSA para o futuro do Peru e do Brasil.

2. Intercâmbio comercial entre Brasil e Peru

A seguir, alguns dados sobre a oferta e a demanda entre ambos países (exportações e importações, intercâmbio comercial e investimentos do Brasil no Peru e do Peru no Brasil).

a. Do Brasil ao Peru

Em 2008, as exportações do Brasil para o Peru atingiram aproximadamente a US\$2,40 bilhões, o que representa um crescimento de 28,23% em relação ao ano anterior. Os produtos que lideraram as exportações foram o petróleo, telefones celulares e chassis de veículos com motor a diesel⁶.

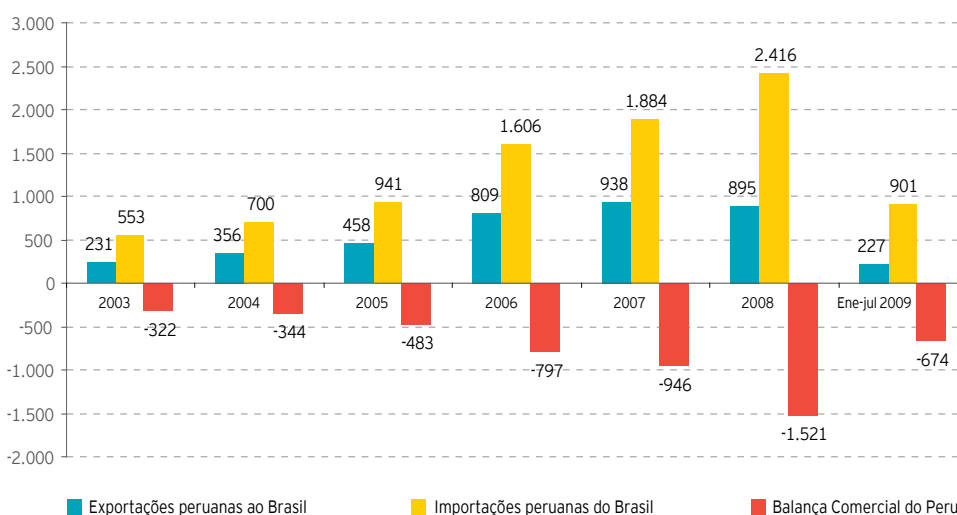
b. Do Peru ao Brasil

Em 2008, as exportações do Peru para o Brasil atingiram aproximadamente a US\$895 milhões. Do volume total de exportações, 80% correspondem a produtos tradicionais, enquanto 20% correspondem a produtos não tradicionais. Os produtos que lideraram as exportações tradicionais foram cátodos de cobre refinado, concentrado de zinco e prata refinada; enquanto que os não tradicionais foram fios de cobre refinado, filmes de polipropileno, azeitonas verdes e pretas em conserva⁷.

c. Intercâmbio comercial

Brasil e Peru apresentam uma complementaridade econômica a respeito da oferta e demanda existente entre eles. Ao longo dos anos a relação comercial entre os dois países tem crescido da seguinte maneira:

Intercâmbio comercial entre Brasil e Peru (em US\$ milhões/FOB)



Fonte: Sunat

⁶ Embaixada do Brasil no Peru.

⁷ Promperu e Embaixada do Brasil no Peru.

De maneira geral, entre os principais produtos exportados do Brasil para o Peru destacam-se: petróleo, telefones celulares, ferro/aço, tubos de ferro e aço, veículos de transporte, chassis e carrocerias de veículos, montagens de veículos, tratores, polipropileno, receptores e decodificadores de sinal digital, equipamentos de som, monitores de vídeo, rádio-gravadores, CDs, DVDs, relógios de pulso e de bolso, fogões, lavadoras, refrigeradoras e produtos agropecuários (carne de gado bovino, castanhas, madeira e borracha).

Entre os principais produtos exportados do Peru para o Brasil destacam-se: i) produtos tradicionais: cátodos de cobre refinado, concentrado de zinco, prata refinada, chumbo refinado e zinco refinado; ii) produtos não tradicionais: alho, azeitona, cebolinha, feijão, grão-de-bico, batata, páprica, rabanete, trutas, pescado fresco, pescado salgado, cimento, fios de cobre refinado, filme de polipropileno, fibra acrílica, sulfato de chumbo, soda cáustica, óxido de zinco⁸.

d. Investimentos do Brasil no Peru

Os principais projetos de investimento realizados por empresas brasileiras no Peru são os seguintes⁹:

- ▶ Mais de US\$1,5 bilhão em investimentos diversos desde 1979.
- ▶ Modernização da Refinaria de Talara - Petrobras (US\$700 milhões) - Polo Petroquímico do Sul (US\$800 milhões).
- ▶ Projeto Bayóvar / Exploração de Fosfatos - Vale do Rio Doce (US\$300 milhões).
- ▶ Modernização da Refinaria de Cajamarquilla / Exploração de Zinco - Votorantim (US\$480 milhões).
- ▶ Projeto Chavimochic - Odebrecht (US\$852 milhões).
- ▶ Projeto Olmos / Irrigação e Energia - Odebrecht (US\$300 milhões).
- ▶ Modernização de Siderperu - Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. - SiderPeru (Grupo Gerdau), 2006 (500 mil ton/ano) (US\$ 1.400 milhões).
- ▶ Rodovia Interoceânica Sul (IIRSA Sul) - Consórcio Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C./Constructora Andrade Gutiérrez S.A./Graña y Montero S.A. (US\$800 milhões).
- ▶ Eixo Amazônico (IIRSA Norte) - Consórcio Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C./Constructora Andrade Gutiérrez S.A./Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A./Constructora Queiroz Galvão S.A. Filial Peru/Graña y Montero S.A. (US\$205 milhões).
- ▶ Petrobras, Exploração de Gás no Lote 58 na selva do Cusco (aproximadamente US\$50 milhões).

e. Investimentos do Peru no Brasil

- ▶ Atualmente se destaca o investimento realizado pelo Grupo Brescia, por meio de sua subsidiária Minsur, na Mineira Taboca, aproximadamente por US\$472 milhões.

⁸ Sunat e Embaixada do Brasil no Peru.

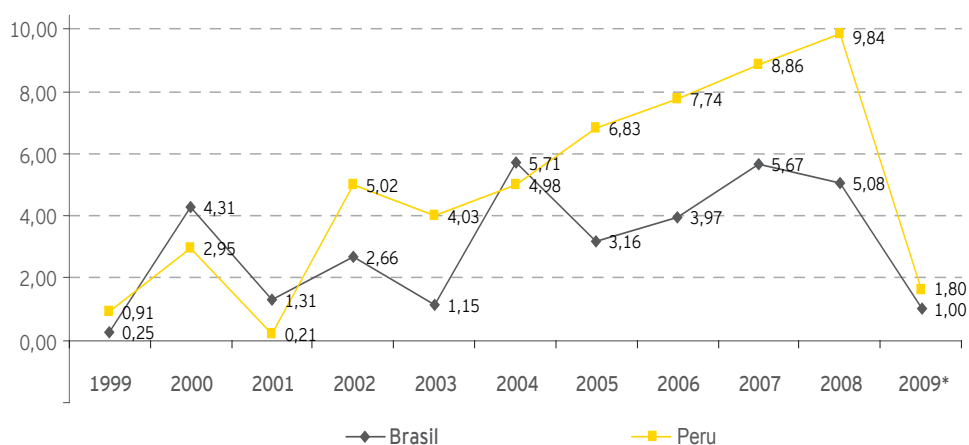
⁹ Embaixada do Brasil no Peru.

3. Aspectos macroeconômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2008 foi de US\$1.591 bilhões, mostrando um crescimento de 5,1% (5,7% em 2007). As projeções indicam que em 2009 o Brasil terá um crescimento de 1,0%.

Por sua parte, o Peru teve um PIB de US\$127.707 milhões em 2008, que representou um crescimento de 9,8% (8,9% em 2007). Segundo o Banco Central da Reserva do Peru (BCRP), em 2009 o PIB terá um crescimento de 1,8%.

Variação em % do PIB do Brasil e Peru

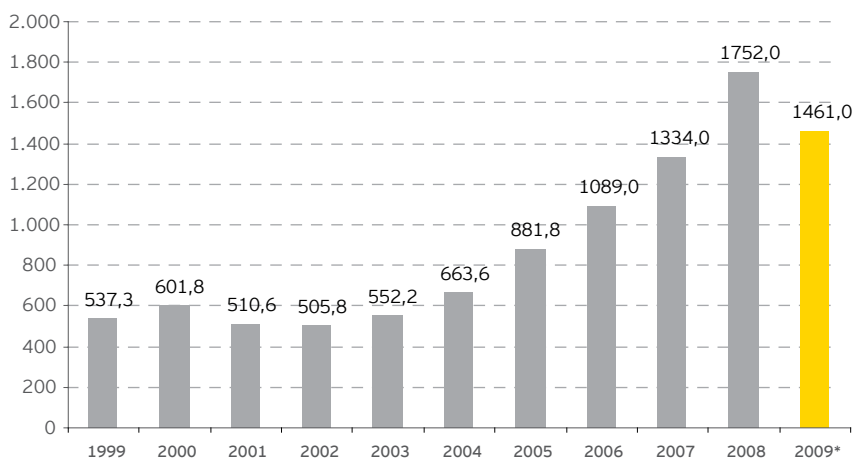


* Projeção anual.

Fontes: Ministério da Fazenda do Brasil / Banco Central da Reserva do Peru (BCRP).

PIB real do Brasil

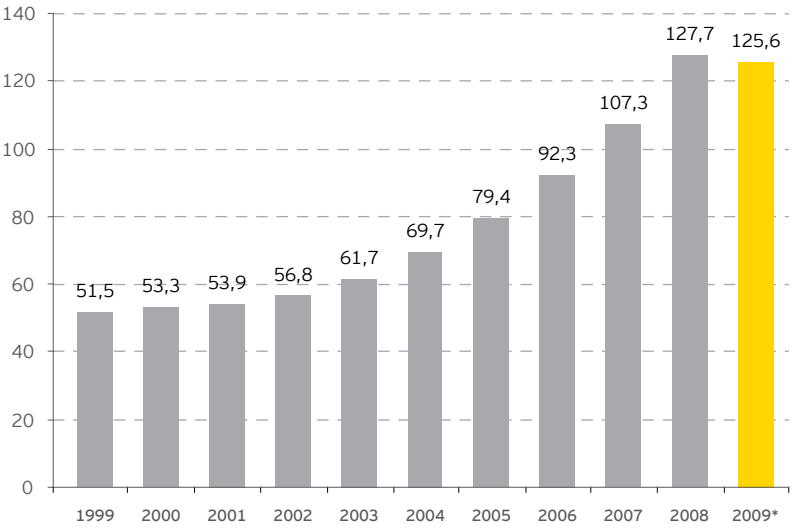
(em miles de milhões de US\$)



* Estimado.

Fontes: Latin Focus / APOYO Consultoria.

PIB real do Peru (em milhões de US\$)



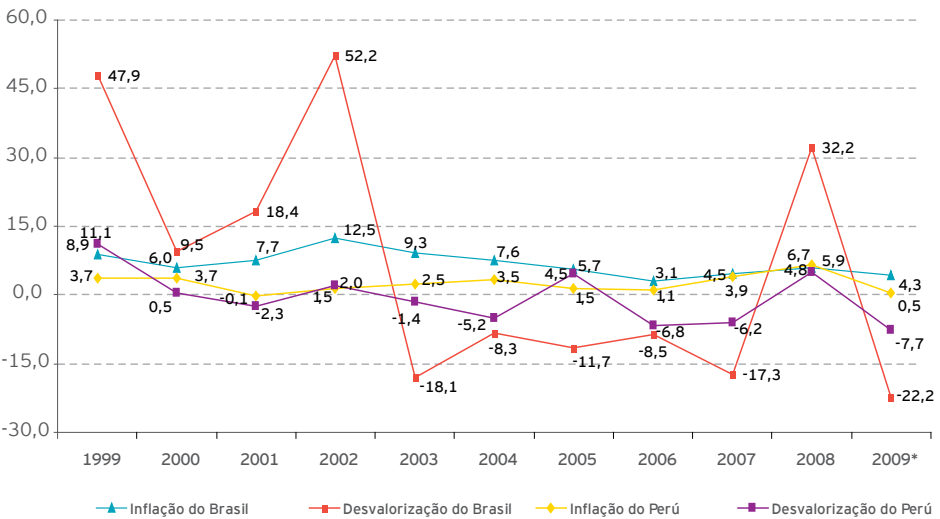
* Estimado.

Fontes: Banco Central da Reserva do Peru (BCRP) / Latin Focus / APOYO Consultoria.

Em 2008, a inflação anual do Brasil foi de 5,9% (4,5% em 2007). A desvalorização da moeda local anual em 2008 foi de 32,2% (valorização de 17,3% em 2007). Em 2009, a inflação deve chegar a 4,3%, enquanto a valorização chegaria a 22,2%.

Por sua parte, o Peru teve uma inflação anual de 6,7% em 2008 (3,9% em 2007), enquanto a desvalorização anual em 2008 foi de 4,8% (valorização de 6,2% em 2007). Para o ano de 2009, a inflação chegaria a um 0,5% e a valorização chegaria a 7,7%.

Inflação e desvalorização do Brasil e Peru

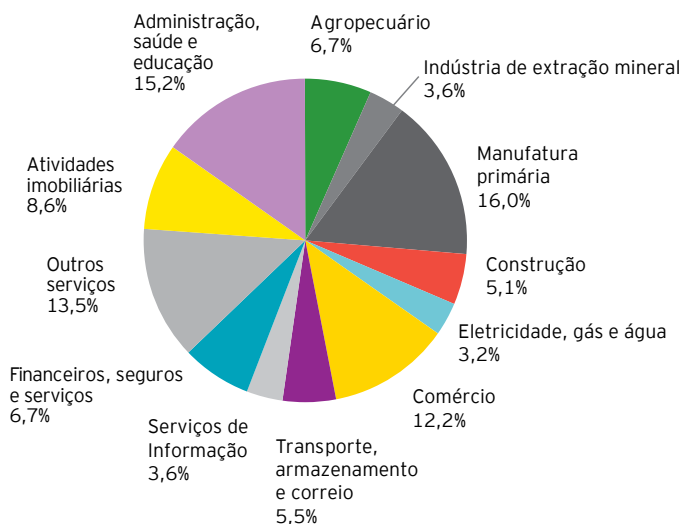


* Estimado.

Fontes: Banco Central da Reserva do Peru (BCRP) / Latin Focus / APOYO Consultoria.

Em relação à distribuição setorial do PIB do Brasil, os segmentos que mostraram maior produção em 2008 foram a indústria de manufatura primária (16,0%), administração, saúde e educação (15,2%) e outros serviços (13,5%).

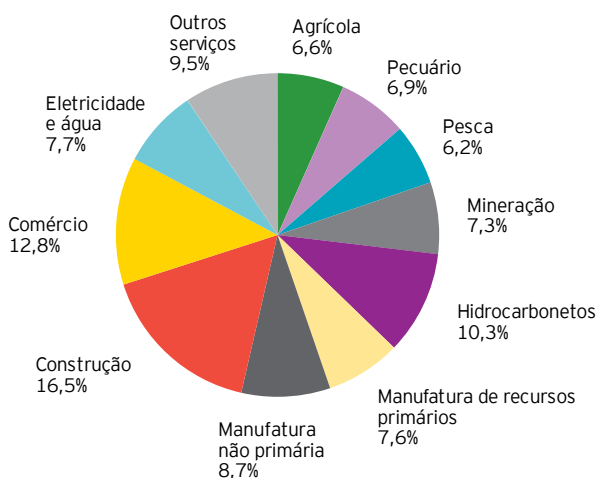
PIB do Brasil por setor produtivo (2008)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

No Peru, os setores com maior produção foram construção (16,5%), comércio (12,8%) e hidrocarbonetos (10,3%).

PIB do Peru por setor produtivo (2008)



Fontes: Banco Central da Reserva do Peru (BCRP) / Instituto Nacional de Estatística e Informática.

Outros dados macroeconômicos relevantes do Brasil e Peru mostram-se nas seguintes tabelas:

Outros dados econômicos do Brasil


	2005	2006	2007	2008
Importação (variação %)	8,5	18,3	20,8	18,5
Exportação (variação %)	9,3	5,0	6,7	-0,6
Balança em conta corrente (bilhões US\$)	14,0	13,6	1,6	-28,2
Balança em conta corrente (% do PIB)	1,6	1,3	0,1	-1,8
Balança comercial (bilhões US\$)	44,7	46,5	40,0	24,8
Balança comercial (% do PIB)	5,1	4,3	3,0	1,6
Dívida externa total (bilhões US\$)	169,5	172,6	193,2	198,4
Dívida externa total (% do PIB)	19,2	15,8	14,5	12,6

Fonte: IHS Global Insight.

Outros dados econômicos do Peru

	2005	2006	2007	2008
Importação (variação %)	10,9	13,1	21,3	19,9
Exportação (variação %)	15,2	0,8	6,2	8,2
Balança em conta corrente (bilhões US\$)	1,1	2,5	1,2	-4,2
Balança em conta corrente (% do PIB)	1,4	2,7	1,1	-3,3
Balança comercial (bilhões US\$)	5,3	8,9	8,2	3,0
Balança comercial (% do PIB)	6,7	9,7	7,7	2,4
Dívida externa total (bilhões US\$)	31,2	28,7	28,7	33,1
Dívida externa total (% do PIB)	44,8	36,1	31,0	30,9

Fonte: IHS Global Insight.



III. A nova integração física entre Brasil e Peru

III. A nova integração física entre Brasil e Peru

No ano 2000, após a Reunião de Presidentes da América do Sul celebrada em Brasília, surgiu a iniciativa de realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana.

1. Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)

A integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é uma iniciativa multinacional entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações dos doze países sulamericanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), que envolve aspectos econômicos, jurídicos, políticos, sociais, culturais e ambientais.

A IIRSA tem por objetivo o desenvolvimento da infraestrutura regional em um âmbito de competitividade e sustentabilidade crescentes, a fim de alcançar um padrão de desenvolvimento estável, eficiente e equitativo, promovendo a integração física em âmbito continental da região¹⁰.

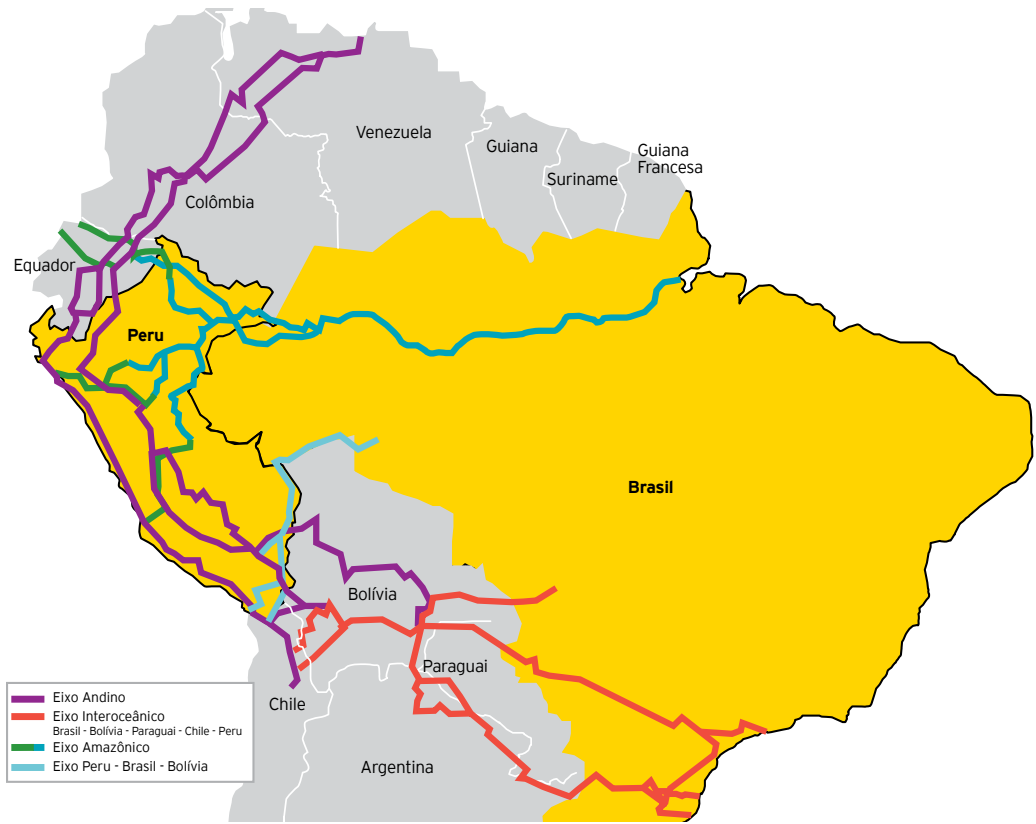
Os princípios orientados da IIRSA têm como base a integração física, a modernização da infraestrutura e o incremento da competitividade, que constitui o guia das ações da iniciativa.

2. Eixos de integração nos quais participam Brasil e Peru

O Peru é parte de quatro Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA: Eixo Andino, Eixo Amazônico (IIRSA Norte), Eixo Interoceânico Central (IIRSA Centro) e Eixo Peru-Brasil-Bolívia (IIRSA Sul). Os três últimos contam com a participação direta do Peru e do Brasil e se descrevem no seguinte mapa:

¹⁰ Ministério de Relaciones Exteriores do Peru.

Inserção do Peru nos eixos de integração e desenvolvimento do IIRSA



Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Peru.

a. Eixo Amazônico (IIRSA Norte)

Abrange uma superfície estimada de 4,5 milhões de km² e tem como objetivo conectar portos do Pacífico tais como Tumaco na Colômbia, Esmeralda no Equador e Paita no Peru, com os portos brasileiros de Manaus, Belém e Macapá.

A área de influência do Eixo tem uma população estimada de 52 milhões de habitantes e um PIB estimado de US\$92.772 milhões (contribuição de US\$39.309 milhões do Peru, US\$20.196 milhões do Brasil, US\$18.011 milhões da Colômbia e US\$15.256 milhões do Equador). Dispõe de mais de 20.000 km de vias fluviais navegáveis que permitem esquemas de articulação do território.

IIRSA Norte: Zona de Influência



A Amazônia contém muitos recursos naturais em forma de minerais, riqueza hídrica e biodiversidade, assim como importantes recursos naturais não renováveis como petróleo, gás, ouro, urânio e ferro, além de recursos naturais renováveis como a madeira. A maioria das atividades econômicas do Eixo se desenvolvem na Zona Franca de Manaus (ZFM), no Brasil, à qual chegam por via aérea 150.000 toneladas de insumos que provêm da Ásia, assim como 250.000 toneladas que chegam por via marítima e que, em sua maioria, são componentes elétricos e eletrônicos, materiais de construção, alimentos em geral, papel e vidro. Entre as exportações da ZFM destacam-se os aparelhos elétricos e eletrônicos já montados, motocicletas e bebidas. Os principais países de destino dessas exportações são Estados Unidos (1º lugar), Venezuela (2º lugar), Colômbia (4º lugar), Peru (7º lugar) e Equador (10º lugar).

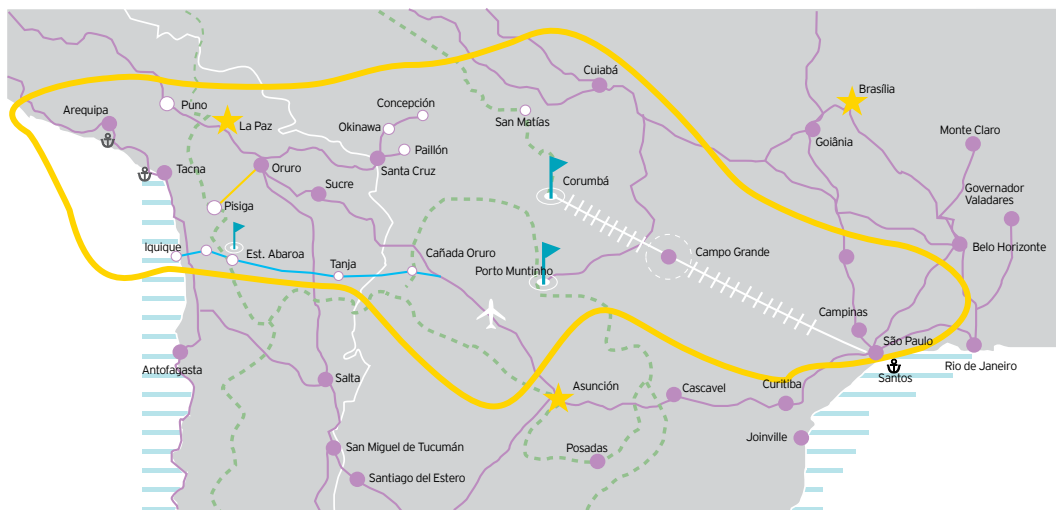
O Eixo, visto como um sistema de transporte intermodal entre Manaus e os portos do Pacífico, apresenta trechos de acesso terrestre faltantes ou inadequados, incluindo os terminais fluviais intermodais. Os fluxos através do Eixo devem atravessar serranias, rios e zonas inexploradas, o que gera incerteza para o tráfego, aumenta os custos de transporte e enfatiza a importância de atuar com grande sensibilidade ecológica.

No caso peruano, o desenvolvimento do Eixo Amazônico passa pela execução de dois projetos estratégicos denominados: Eixo Multimodal Amazônico Norte e Eixo Multimodal Amazônico Central, que representam duas grandes vias multimodais que viabilizarão a saída do Brasil ao Oceano Pacífico. Assim, o Eixo Multimodal Amazônico Norte consiste na construção, reabilitação e manutenção de 960 quilômetros da rodovia Yurimaguas-Tarapoto-Rioja-Corral Quemado-Olmos-Piura-Paita, enquanto o Eixo Multimodal Amazônico Central ainda não foi concedido e consiste na construção, reabilitação e manutenção da rodovia Pucallpa-Tingo María-Huánuco-La Oroya-Huancayo-Puente Ricardo Palma.

b. Eixo Interoceânico Central (IIRSA Centro)

O Eixo Interoceânico Central é um eixo transversal do qual participam cinco países da região: Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru, tal como ilustrado a seguir:

IIRSA Centro - Zona de Influência



Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Peru.

Abrange uma superfície de 3,3 milhões de km² e com ele os departamentos de Arequipa, Moquegua e Tacna do Peru e a cinco Estados do Brasil (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo).

A área de influência do eixo tem uma população aproximada de 87 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto estimado em US\$291.000 milhões, aproximadamente 46% do PIB dos países participantes do Eixo e 26% do PIB sulamericano.

Esse Eixo possui um perfil produtivo orientado, tanto na exploração primária como na industrial. Os cultivos principais se constituem no mate, castanha-do-Pará, caju, quinua, soja, oleaginosos, cana-de-açúcar, mamão, cítricos (laranjas) e produtos forrageiros. Em produtos animais, o Brasil também tem uma destacada participação na produção da carne de frango e carne bovina com mais de 7 milhões de toneladas anuais. Adicionalmente, possui uma forte atividade mineral de caráter extrativo, representando uma porção majoritária dentro da extração da América do Sul do estanho, zinco, ferro e cobre.

Existe uma atividade industrial diversificada, orientada à agroindústria, destacando-se o polo produtivo de Belo Horizonte - Rio de Janeiro - São Paulo. A principal atividade agroindustrial consiste na elaboração de produtos lácteos e de carnes no Brasil (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo).

A visão estratégica desse Eixo é vincular as regiões do Sul do Peru com os Estados brasileiros do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, partindo dos portos peruanos de Ilo e Matarani no Oceano Pacífico.

c. Eixo Peru-Brasil-Bolívia (IIRSA Sul)

O Eixo Peru-Brasil-Bolívia é um eixo transversal que abrange 7 departamentos da macrorregião sul do Peru (Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Puno e Madre de Dios) e 4 Estados do noroeste do Brasil (Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso). Conecta as regiões do sul do Peru com os Estados do Acre e Rondônia no Brasil, assim como facilita o acesso dos mencionados Estados brasileiros à Bacia do Pacífico, através dos portos de San Juan de Marcona, Matarani e Ilo.

Possui uma superfície estimada de 3,5 milhões de km² e sua área de influência possui uma população de 12,3 milhões de habitantes, com uma densidade populacional média de 3,53 habitantes por km².

O Produto Interno Bruto estimado desse Eixo atinge US\$30.825 milhões, distribuídos da seguinte maneira: US\$20.927 milhões do Brasil, US\$9.522 milhões do Peru e o resto da Bolívia.

Os principais centros urbanos e a produção característica desse Eixo são os seguintes:

No Peru:

Cidades como Arequipa, Cusco, Puno, Juliaca, Tacna, Moquegua e Puerto Maldonado. Destacam-se a produção agrícola e agroindustrial (azeitonas, "ajíes" (espécie de pimenta), alhos, cebolas, orégano, frutas, castanhas, camu-camu, unha-de-gato, palmito e farinha de trigo), a indústria (arame de cobre, cimento Portland, aço), a mineira (cobre, zinco), a criação de gado e a indústria do couro, madeira, espécies medicinais e aromáticas, bebidas, mariscos, conservas de sardinhas, fertilizantes, entre outras.

No Brasil:

Cidades como Rio Branco, Porto Velho, Manaus e Cuiabá. Destacam-se a produção agrícola e agroindustrial (soja, milho, arroz, feijão, mandioca, café, açúcar, guaraná, óleos e castanhas), pecuária (carne, leite e couro), florestal (madeira serrada, laminado, casas pré-fabricadas), mineira (ouro e diamantes), de água mineral, pisos de pedra, lajes, telhas de cerâmica, energia elétrica, eletrodomésticos, químicos, termoplásticos, têxtil, fibras, biotecnologia, refrigerantes, papel, cosméticos, entre outras.

Em relação à infraestrutura atual, somente 10% das rodovias se encontram asfaltadas, proporção explicada especialmente pelos Estados localizados no território do Brasil. Por outro lado, a ferrovia do sul do Peru é a única conexão ferroviária atual em funcionamento. Desenvolve-se em forma paralela e compete pela carga dos caminhões que circulam pela atual rodovia asfaltada, entre as cidades de Cusco, Puno, Juliaca, Arequipa e o porto marítimo de Matarani.

O Eixo conta com três portos marítimos localizados no Peru: Porto de Matarani, Porto de Ilo e Porto de San Juan de Marcona. Adicionalmente, conta com dois portos fluviais principais: Porto Velho (Brasil) e Porto Maldonado (Peru).

Esse Eixo abre novas possibilidades para o desenvolvimento econômico e social das regiões, principalmente pela diminuição dos custos de transporte entre os centros de produção e os mercados nacionais e internacionais.

Do lado peruano, a IIRSA Sul está dividida em 5 trechos (representados pelas cinco cores no mapa seguinte), que se encontram atualmente em construção, com diferentes graus de avanço.

IIRSA Sul - Zona de Influência



Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Peru.

A silhouette of two hands holding a glowing, sun-like orb against a sunset sky. The hands are positioned on the left and right sides of the frame, with the fingers gently cupping the orb. The background is a warm, orange-hued sky with soft clouds. The overall mood is hopeful and aspirational.

IV. Oportunidades de negócios

IV. Oportunidades de negócios

1. Recursos naturais e produção

Brasil

Atualmente o Brasil é a maior economia latino-americana, a segunda de toda a América e a oitava em nível mundial. Na América Latina é líder em diversos setores econômicos, tais como o industrial, agrícola e exportador.

A seguir, um mapa com as principais atividades econômicas nas distintas regiões do Brasil.

Atividade econômica no Brasil



Fonte: Universidade do Texas - Coleção de mapas da Livraria Perry Castañeda.

Peru

Entre as principais atividades econômicas do Peru podem ser citados a agricultura, a pesca, mineração e a manufatura de produtos entre os que destacam os produtos têxteis.

Seu acidentado relevo geográfico tem feito do Peru um país diverso, com uma grande variedade de ecossistemas e, conseqüentemente, de flora e fauna.

O Peru está situado como o primeiro produtor mundial de farinha de pescado, aspargo fresco, páprica e banana orgânica; segundo produtor mundial de alcachofra e sexto produtor mundial de café. Em mineração, está situado em nível mundial como o primeiro produtor de prata, o segundo de zinco, o terceiro de cobre, o quarto de chumbo, o quinto de ouro, além de contar com grandes jazidas de ferro, fosfato, estanho, manganês, petróleo e gás.

Uma das atividades econômicas de recente exploração e de grande potencial é a exploração dos recursos florestais (cedro, carvalho e mogno, principalmente).

A seguir, um mapa com as principais atividades econômicas nas distintas regiões do Peru.

Atividade econômica do Peru



Fonte: Universidade do Texas - Coleção de mapas da Livraria Perry Castañeda.

2. Principais mercados de consumo

Brasil

Segundo o censo de 2004, o Brasil tem uma taxa de crescimento anual da população de 1,4%. No sul e sudeste do Brasil tem predominado a imigração europeia (portugueses, italianos, espanhóis e eslavos). Além disso, a imigração africana e os indígenas também estão presentes e, no Estado de São Paulo, a imigração asiática (japonesa e árabes) é significativa.

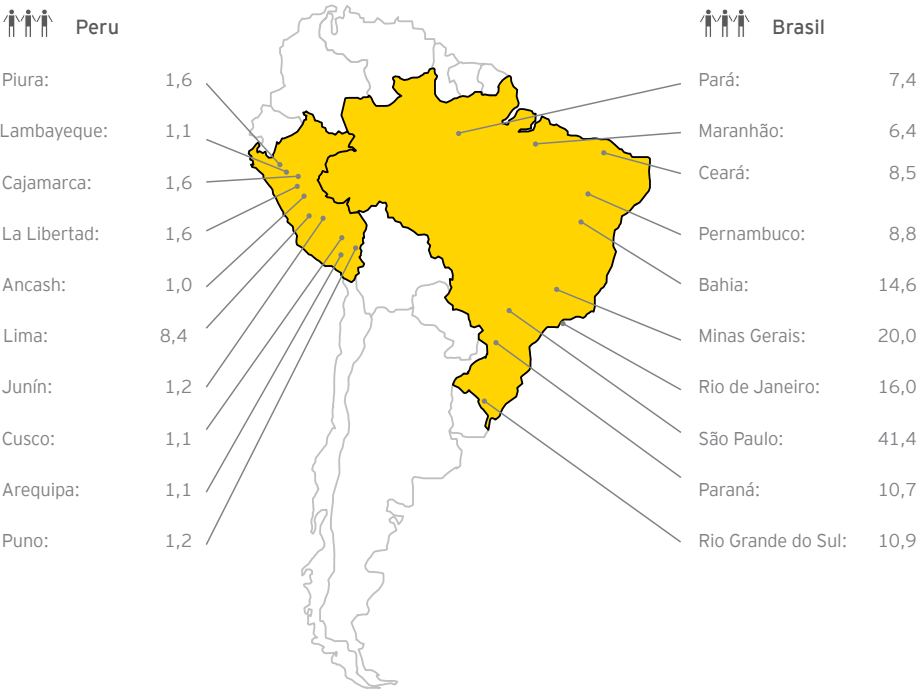
A Região Metropolitana de São Paulo conta com 20,5 milhões de habitantes (estimado em 2005) em uma superfície de 8.051 km². Dessa maneira, converte-se em uma das maiores metrópoles em extensão e população da América Latina, junto com a Cidade do México, e colocando-se à altura de Nova Iorque e de Tóquio. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro também conta com uma alta densidade populacional com 11,6 milhões de habitantes.

Peru

O Peru é o quarto país mais populoso da América do Sul. Segundo o censo de 2007, tem uma taxa de crescimento de 1,6%. 54,6% da população peruana vive na costa, 32,0% na serra e 13,4% na selva.

A população urbana equivale a 76% e a população rural a 24% do total. As maiores cidades encontram-se na costa, como Piura, Chiclayo, Trujillo, Chimbote, Lima e Ica. Na serra destacam-se as cidades de Arequipa, Cajamarca, Ayacucho, Huancayo e Cusco. Finalmente, na selva é Iquitos a mais importante, seguida de Pucallpa, Tarapoto e Juanjuí. Exceto as três cidades de Chimbote, Tarapoto e Juanjuí, todos os outros municípios são capitais departamentais.

Regiões do Brasil e do Peru com maior população
(em milhões de habitantes)



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru.

3. Desenvolvimento setorial

Brasil

Investimento e entorno de negócios

O PIB nominal do Brasil é o décimo maior do mundo e o primeiro da América Latina. Em 2008, a taxa média de crescimento do PIB foi de 5,1% atingindo aproximadamente R\$2,9 trilhões.

Com o objetivo de desenvolver a sua economia de mercado, o Brasil vem reduzindo as suas barreiras de importação e privatizando empresas estatais. O país tem criado excelentes condições para um rápido crescimento do investimento estrangeiro, e montantes significativos de novos fluxos de investimento têm tido como destino o Brasil.

De acordo como o Banco Central do Brasil, até o ano 2008 o balanço do total do investimento direto estrangeiro no Brasil atingiu US\$26,7 bilhões, e se estima que atinja US\$30 bilhões em 2009 (vide capítulo IV.4).

Estrutura Econômica

O Brasil tem um vasto e dinâmico setor privado, que inclui investimentos estrangeiros significativos.

Em 2007, o setor de manufatura atingiu aproximadamente 28,7% do PIB do país, enquanto o setor de serviços representou 64,6% e a agricultura 6,7%. Em 2009, a população economicamente ativa do Brasil atingiu aproximadamente 23 milhões de pessoas (de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, considerando as principais seis cidades do Brasil).

Principais Indústrias

Todas as maiores e mais importantes indústrias estão representadas na economia brasileira. As principais indústrias consistem na produção de alumínio, cimento, combustível, maquinária, papel, plásticos e aço; a indústria de bens de consumo e alimentícia, a manufatura de produtos de limpeza, comida e higiene, a produção de medicamentos e têxteis, assim como a produção de bens duradouros representada por eletrodomésticos e veículos. Os serviços financeiros representam a principal indústria de serviços. O Brasil é também o maior produtor mundial de vários produtos agrícolas como bananas (não orgânicas), café, milho, concentrado de suco de laranja, arroz, soja, álcool e cana-de-açúcar.

Energia e Recursos Naturais

O Brasil é um dos líderes mundiais de produção de energia hidroelétrica. Conta com a represa de Itaipú, uma das maiores usinas hidroelétricas do mundo, e registra demanda doméstica de aproximadamente 347 gigawatts por hora.

A produção de petróleo é de aproximadamente 1,8 milhões de barris por dia, cobrindo 100% da demanda interna em 2008, de acordo com dados da Petrobras. Em 2007, o Brasil foi considerado o 13º maior produtor de petróleo do mundo. O Brasil tem desenvolvido também álcool combustível, derivado da cana-de-açúcar, o que serve de substituto do petróleo.

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de mineral de ferro. Outras principais indústrias incluem a produção de bauxita, cobre, ouro, chumbo, manganês, níquel e zinco.

Peru

Em 2009 o segmento manufatureiro foi o mais afetado pela crise financeira internacional, principalmente a produção têxtil, devido à diminuição da demanda externa. Espera-se que no início de 2010, após a disposição dos estoques acumulados em 2009 pelo setor comércio, reverta-se a caída de 6,3% projetada para 2009 e se retome o caminho do crescimento, alcançando 5,4% em 2010 e 4,2% em 2011, refletido principalmente por um aumento do consumo interno.

Outro segmento afetado fortemente pela crise internacional foi o agrícola, cuja expansão, em anos anteriores, deveu-se à ampliação dos mercados internacionais. Com a queda da demanda externa, houve uma redução de 8,7% no preços, mas não em quanto a volume, que foi de 2,5%. Em 2010, à medida que a demanda externa aumente, se espera uma leve recuperação das exportações, projetando-se um crescimento de 4,2% para o setor, considerando o aprimoramento dos projetos de biocombustíveis, focados na produção de cana-de-açúcar. Ainda assim, a expectativa é de que o Projeto de Irrigação Olmos, que habilitará mais de 100 mil hectares de terras produtivas na Região de Lambayeque (mais de 8% da ampliação do total da fronteira agrícola produtiva do país), impulse o desenvolvimento agroindustrial da zona e de todo o Peru.

No segmento de mineração, a queda dos preços internacionais significou uma redução da produção de metais; contudo, observa-se uma recuperação devido ao aproveitamento dos preços baixos por parte dos principais países consumidores, o que pode significar uma diminuição muito leve para 2009. Isso significa que o crescimento em 2010 e 2011 será também leve, de aproximadamente 2,0%.

O setor de hidrocarbonetos, representado principalmente pela produção de gás natural, terá um crescimento importante de 10,6% em 2010 devido à ampliação da infraestrutura de transporte e ao início das exportações.

A crise de confiança no setor de construção, por parte do setor privado, principalmente no primeiro semestre de 2009, ocasionou uma queda importante do investimento. A demora na execução dos planos de infraestrutura estatal, ampliados em 2009 como uma ação de combate à crise, significará mais um crescimento estimado de 5,0% nesse segmento em 2010, produto também de uma recuperação do investimento privado.

O segmento de construção expandiu 16,5% em 2008, com o que manteve sua evolução positiva iniciada desde 2002, obtendo um crescimento de dois dígitos pelo terceiro ano consecutivo. Esse dinamismo viu-se refletido na ampliação de construção de casas, pontos comerciais e industriais, assim como em diversas obras de infraestrutura pública e privada.

4. Evolução e destino do investimento estrangeiro no Brasil e no Peru

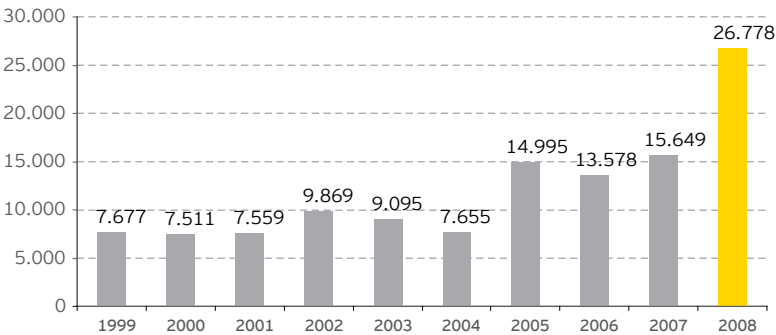
Em relação ao investimento estrangeiro no Brasil e no Peru, nos seguintes gráficos mostra-se o estoque de investimento estrangeiro direto para os dois países, e o destino desses investimentos aos distintos setores econômicos.

Brasil

O investimento estrangeiro mostrou um crescimento considerável nos dois últimos anos. Em 2008 cresceu 71,1%, ao passo que no ano anterior a expansão foi de 15,3%.

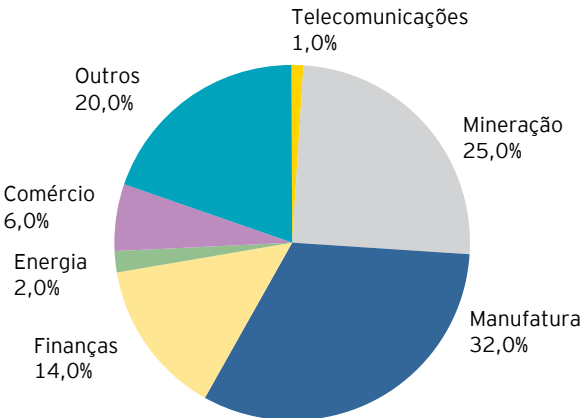
O setor que recebeu o maior investimento estrangeiro em 2008 foi a indústria manufatureira (32%), seguida pela mineração (25%) e o setor financeiro (14%).

Investimento estrangeiro direto no Brasil (em US\$ milhões)



Fonte: APOYO Consultoria.

Investimento estrangeiro por segmento de mercado no Brasil (2008)



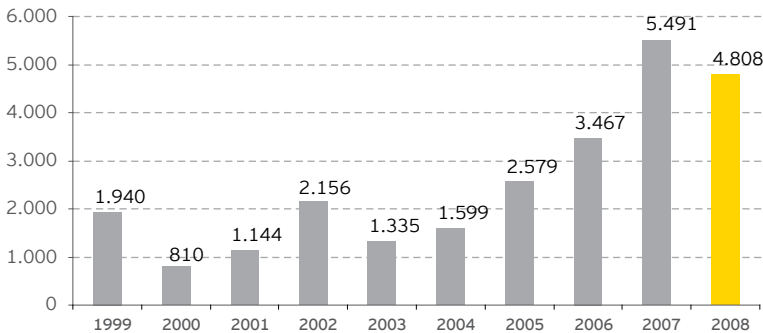
Fonte: Banco Central do Brasil.

Peru

O Peru, por sua vez, mostrou uma diminuição de 12,5% em 2008, índice que contrastou ao registrado em 2007, que chegou a crescer 58,3%.

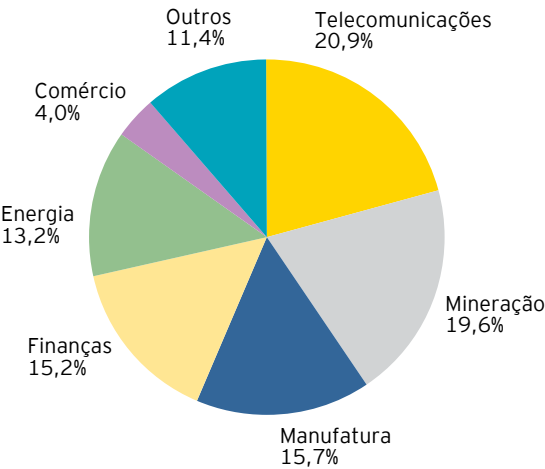
Os setores que receberam maior investimento estrangeiro em 2008, foram os de telecomunicações (20,9%), mineração (19,6%) e a indústria manufatureira (15,7%).

Investimento estrangeiro direto no Peru
(em US\$ milhões)



Fonte: APOYO Consultoria.

Investimento estrangeiro por segmento de mercado no Peru
(2008)



Fonte: ProInversión.

5. Principais organismos de promoção ao investimento peruano - brasileiro

a. Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru - Brasil - Capebras

A Capebras foi fundada originalmente como Câmara Nacional em 1987. Posteriormente, no ano 2001 foi criada também a Associação Empresarial Peru-Brasil de Indústria, Comércio, Turismo e Investimentos e, finalmente, em 21 de agosto de 2001, acordou-se a fusão de todas as entidades institucionais que atenderam os assuntos de comércio e investimento na relações bilaterais, constituindo-se a Câmara Binacional do Comércio e Integração Peru-Brasil, conservando o nome de Capebras.

Algumas das companhias associadas à Capebras são: Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Andrade Gutiérrez S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A. Filial Peru, Galvão Engenharia, OAS, Engevix Engenharia S.A. Filial Peru, Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. - SiderPeru (Grupo Gerdau), Intersur Concesiones S.A., Petrobras Energia Peru S.A., entre outras.

Objetivos e diretrizes da Capebras:

- ▶ Fortalecer e incrementar as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e Peru.
- ▶ Manter um estreito vínculo com o denominado "Grupo Brasil".
- ▶ Cooperar com a Embaixada do Brasil no Peru, assim como com a Embaixada do Peru no Brasil, particularmente com o escritório comercial de São Paulo.
- ▶ Facilitar às empresas informação comercial oportuna e intermediar as mesmas para estimular o comércio.
- ▶ Organizar foros, eventos, seminários, conferências e demais reuniões destinadas a fortalecer a integração econômica entre os dois países.
- ▶ Apoiar eventos culturais e sociais, complementares à área econômica.
- ▶ Editar boletins e informação em geral. Organizar e promover missões comerciais.
- ▶ Organizar e promover missões comerciais.
- ▶ Contribuir para a apresentação da oferta exportável nos dois países, com o objetivo de aumentar o intercâmbio comercial.
- ▶ Oferecer orientação sobre oportunidades de investimento.
- ▶ Oferecer informação sobre preferências tarifárias entre Peru e Brasil.

Conselho Diretivo:

- ▶ Presidente:
Miguel Vega Alvear
- ▶ Vice-Presidente:
Jorge Barata

- ▶ Membro Honorário:
Exmo. Embaixador Jorge d'Escragnolle Taunay Filho
- ▶ Secretária:
Zaida Sisson
- ▶ Chefe Oficina Comercial:
Javier Martínez Cayo

Contato:

- ▶ Gerente Geral: Miguel Vega Alvear
- ▶ Endereço: Rua El Rosario, 359 - Miraflores, Lima (Peru)
- ▶ Telefones: +51 1 447-3797 e 51 1 447-2727
- ▶ Fax : +51 1 242-8715
- ▶ Página da web: www.capebras.org

b. Conselho Empresarial Peru - Brasil

Com a finalidade de institucionalizar espaços de diálogo que permitam incrementar as relações econômicas e de investimento entre os dois países, e em um âmbito mais amplo que o das atividades de comércio e de negócios, foi constituído no Peru o Conselho Empresarial Peru -Brasil, Capítulo Peru. Uma das primeiras atividades deste Conselho é a de desenvolver uma Agenda com o Conselho Empresarial Peru - Brasil, Capítulo Brasil, cuja organização é liderada por Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP.

- ▶ Presidente:
Mario Brescia Cafferata
- ▶ Vice-presidente:
Miguel Vega Alvear
- ▶ Membro Honorário:
Jorge Barata (presidente do "Grupo Brasil")
- ▶ Diretores:
Raúl Barrios Orbegoso
Roque Benavides Ganoza
José Graña Miró Quesada
Pedro Grijalba
José Antonio Olaechea

c. Agência de Promoção do Investimento Privado - ProInversión

ProInversión é a agência governamental peruana encarregada da promoção de oportunidades de negócios com altas expectativas de crescimento e rentabilidade no Peru. Sua missão é promover o investimento não dependente do Estado Peruano a cargo de agentes sob regime privado, a fim de impulsionar a competitividade do Peru e seu desenvolvimento sustentado para melhorar o bem-estar da população.

Por outro lado, sua visão é “ser uma agência reconhecida pelos investidores e pela população como um eficaz aliado estratégico para o desenvolvimento de investimentos no Peru”.

ProInversión orienta os investidores sobre como estabelecer uma empresa no Peru, identifica as oportunidades de investimento setorial, conhece os processos concorrentes de investimento (outorgados e em processo), entre outros.

Objetivos e diretrizes da ProInversión:

- ▶ Promover os investimentos, de preferência descentralizados em regiões e localidades.
- ▶ Priorizar a promoção dos investimentos que busquem incrementar o emprego, a competitividade nacional e as exportações, conciliando os interesses nacionais, regionais e locais.
- ▶ Melhorar a qualidade e ampliar a cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura mediante modalidades que fomentem a participação do investimento não dependente do Estado peruano.
- ▶ Promover uma cultura favorável a investimentos não dependente do Estado peruano como meio de crescimento e desenvolvimento econômico e social.
- ▶ Desenvolver mecanismos orientados à atração dos investidores e à atenção de suas necessidades.
- ▶ Promover a imagem do país como ambiente propício para os investimentos nacionais e estrangeiros.

Contatos:

- ▶ Página da web: www.proinversion.gob.pe
- ▶ Email: contact@proinversion.gob.pe
- ▶ Endereço: Sede Principal (Lima): Paseo de la República N° 3361, 9° andar, San Isidro – Lima 27.
- ▶ Telefone: +51 1 612-1200.
- ▶ Fax: +51 1 221-2941.

Escritórios descentralizados:

- ▶ Arequipa: Pasaje Belén N° 107 - Vallecito, Arequipa.
Telefones: +51 54 608114 / +51 54 608115. Telefax: +51 54 246607.

- ▶ Piura: Av. Chirichigno Mz. C -14 A, urb. San Eduardo, Piura.
Telefones / Fax : +51 73 310081 / +51 73 309148 / +51 73 305082.

Alta Dirección da ProInversión:

- ▶ Diretora Executiva: Cayetana Aljovín Gazzani
(caljovin@proinversion.gob.pe)
- ▶ Diretor de Facilitação e Promoção de Investimentos: Gustavo Jiménez Mendoza
(gjimenez@proinversion.gob.pe)
- ▶ Diretora de Projetos: Jéssica Sánchez Seminario
(jsanchez@proinversion.gob.pe)
- ▶ Chefe de Assessoria Jurídica: Percy Velarde Zapater
(pvelarde@proinversion.gob.pe)
- ▶ Secretária Geral: Jéssica Amelia Reátegui Véliz
(jreategui@proinversion.gob.pe)

d. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP é o interlocutor do setor produtivo do Estado de São Paulo e representa a 132 sindicatos patronais, os quais têm nos quadros de filiados aproximadamente 150 mil indústrias de todos os portes e de diferentes cadeias produtivas. É a maior entidade de classe da indústria brasileira.

Objetivos e diretrizes da FIESP:

- ▶ Defender a iniciativa privada e a economia de mercado;
- ▶ Promover a competitividade e a inovação tecnológica;
- ▶ Trabalhar por políticas públicas que promovam a desburocratização e o aumento dos investimentos.

Seu principal objetivo é de colaborar na transformação do Brasil em uma grande potência econômica e em uma nação próspera e socialmente justa, não se limitando às fronteiras do Estado de São Paulo. De fato, a FIESP está empenhada no fortalecimento e desenvolvimento das empresas de todo o país, contribuindo para a inclusão competitiva da economia brasileira no cenário da globalização.

A estrutura atual da FIESP reflete o pensamento estratégico e o tratamento homogêneo que outorga às diferentes cadeias produtivas e aos sindicatos, independente do tamanho da empresa ou do segmento ao qual pertence.

A FIESP conta com nove Conselhos Superiores Temáticos, coordenados pelo Instituto Roberto Simonsen (IRS), que traçam diretrizes para os trabalhos dos departamentos de Pesquisa e Estudos Econômicos; Relações Internacionais e Comércio Exterior; Infraestrutura; Responsabilidade Social, Meio Ambiente; Competitividade e Tecnologia; Agronegócio, Micro, Pequena e Média Indústria, Jurídico, Sindical, Indústria da Construção, Defesa e Segurança. Há ainda os Comitês de Jovens Empreendedores, de Ação Cultural e de Relações Institucionais e Governamentais.

Para garantir o crescimento harmônico das diferentes cadeias produtivas, também foram criados comitês para os setores de Mineração, Couro e Calçados, Têxtil e Vestuário, Saúde.

Contatos:

- ▶ Presidente:

Paulo Skaf

Os serviços da FIESP oferecidos para a orientação do investimento no Estado de São Paulo e direção geral podem ser encontrados em:

- ▶ Página da web: fiesp.com.br
- ▶ Endereço: Avenida Paulista, 1313, Cerqueira César, São Paulo - SP
- ▶ Telefone: +55 11 3549-4200

O contato para assistência em promoção comercial pode ser encontrado em:

- ▶ Correio eletrônico: investimentos@fiesp.org.br
- ▶ Telefone: +55 11 3549-4549

e. Embaixada do Brasil no Peru – Setor de Promoção Comercial - SECOM

O Setor de Promoção Comercial (SECOM) tem como missão promover relações comerciais e de investimento entre o Brasil e o Peru. Com esse objetivo, apóia empresários brasileiros e peruanos, oferecendo-lhes uma ampla variedade de serviços gratuitos com o propósito de fazer negócios.

Contato:

- ▶ Embaixada do Brasil em Lima
Setor de Promoção Comercial
- ▶ Endereço: Avenida José Pardo, 850 – Miraflores
Lima 18, Peru
- ▶ Telefone: +51 1 512-0830 ramais 4141 ou 4142
- ▶ Fax: +51 1 445-2421
- ▶ Correio eletrônico: comercial@embajadabrasil.org.pe

f. Consulado do Peru no Brasil – São Paulo

O escritório comercial é um departamento do Consulado Geral do Peru em São Paulo e dependente da Embaixada do Peru no Brasil. Tem como objetivo fortalecer e incrementar as relações comerciais, turísticas e os investimentos bilaterais, além de auxiliar empresas, instituições governamentais e grêmios empresariais.

Entre as atividades desenvolvidas conjuntamente com Promperu e a ProInversión destacam-se:

- ▶ Fortalecer o intercâmbio comercial Peru-Brasil
- ▶ Incrementar as exportações peruanas ao Brasil
- ▶ Divulgar a oferta exportável peruana
- ▶ Oferecer assistência aos exportadores peruanos
- ▶ Identificar potenciais compradores e investidores brasileiros
- ▶ Elaborar perfis de produtos
- ▶ Apoiar a participação peruana em missões empresariais, rodadas de negócios e feiras comerciais
- ▶ Atuar em conjunto com o Escritório de Promoção Comercial (OPE-PCO), com o Escritório de Promoção de Investimentos (OPE-PIN) do Ministério de Relações Exteriores do Peru, com o Promperu Exportações e a ProInversión
- ▶ Fortalecer o fluxo de investimentos brasileiros ao Peru
- ▶ Divulgar os projetos de investimento

Contatos:

- ▶ Cônsul Geral
Embaixador Carlos Stiglich Berninzon
- ▶ Cônsul Geral Adjunto
Ministro Conseheiro Eduardo Pérez del Solar
- ▶ Conseheiro Económico Comercial
Antonio Castillo
Telefone: +55 11 8775-5552
- ▶ Endereço: Alameda Campinas, 646 5to. Andar
Jardim Paulista
São Paulo/SP
CEP: 01404-001
- ▶ Telefone: +55 11 3287-5555 / +55 11 3262-2627
- ▶ Fax: +55 11 3142-9595
- ▶ Página web: www.consuladoperusp.com.br
- ▶ Correio eletrônico: consulperu.sp@uol.com.br

Consulte também os consulados peruanos no Brasil em: www.embperu.org.br/bkp/



V. Instituição de empresas

V. Instituição de empresas

1. Tipos de empresa

Brasil

Estrutura Corporativa

As entidades comerciais mais comuns no Brasil são as sociedades anônimas (S.A.) e as sociedades limitadas (Ltda.). A principal diferença a ser considerada ao optar por uma dessas classificações é a de que apenas as sociedades anônimas podem emitir ações para serem negociadas publicamente em bolsa de valores, ao passo que uma sociedade limitada tende a ser um meio mais adequado para estruturar investimentos estrangeiros diretos no Brasil, uma vez que os requisitos de administração, entre outros, são mais simples do que os exigidos para uma sociedade anônima. A responsabilidade dos investidores, no caso de uma sociedade anônima, é limitada ao valor subscrito pela pessoa física ou jurídica. Já no caso de uma sociedade limitada os sócios cotistas são responsáveis pelo valor integral do capital da companhia até a sua integralização.

Companhias estrangeiras não podem operar filiais no Brasil, exceto perante solicitação especial ao Ministério da Indústria e Comércio e prévia autorização, por meio de um decreto presidencial. Na prática, devido às dificuldades para obter a referida autorização, há poucas filiais de companhias estrangeiras em operação no Brasil.

Independentemente de sua nacionalidade, o representante da companhia autorizado a atuar em nome da filial deve ser residente no Brasil. Não há nenhum requisito de capital mínimo. A responsabilidade não está limitada ao valor do capital da filial, mas à responsabilidade da matriz.

Estrutura de Capital

Sociedade Anônima

O capital social deve ser subscrito por, no mínimo, dois subscritores originais. Os subscritores podem ser pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras. Subscritores estrangeiros, não residentes no Brasil, devem ser representados por um cidadão brasileiro autorizado a receber intimações. Um acionista não residente deve obter número de identificação fiscal junto à Secretaria da Receita Federal (CNPJ - pessoa jurídica ou CPF - pessoa física).

Sociedade Limitada

No momento da constituição da sociedade limitada deve haver subscrição integral do seu capital. Contudo, não há requisito de porcentual mínimo de integralização de capital no momento da sua constituição.

A companhia deve ter, no mínimo, dois sócios (denominados sócios cotistas), que podem ser pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou residentes. Os sócios cotistas não residentes devem passar procuração a um cidadão brasileiro ou residente no Brasil, além de obter um número de identificação fiscal junto à Secretaria da Receita Federal (denominado CNPJ - pessoa jurídica, ou CPF - pessoa física). A sociedade limitada deve ser administrada por residentes no Brasil ou cidadãos brasileiros.

Peru

Eleição do tipo de sociedade

O tipo de sociedade mais utilizado pelos investidores estrangeiros é a sociedade anônima. Contudo, não existem diferenças significativas no tratamento tributário das sociedades anônimas, filiais ou contratos associativos. Os investidores estrangeiros podem estabelecer uma filial, a qual é tratada para efeitos tributários como uma sociedade.

Estrutura do capital

Não existem regras específicas para a porcentagem das participações estrangeiras no capital de uma companhia. Não existe um capital mínimo requerido, exceto para bancos, entidades financeiras, companhias de seguros e administradoras de fundo de pensão.

Fundadores e acionistas

O número mínimo para a constituição de uma empresa é de dois acionistas. Não existem requisitos gerais estabelecidos para que os diretores ou gerentes sejam residentes no Peru ou de nacionalidade peruana.

Sociedade Anônima

A Sociedade Anônima é a forma societária mais comum para fazer negócios no Peru. É requerido um mínimo de dois acionistas. Os acionistas não residentes devem eleger um representante para assinar os estatutos. O capital para o investimento inicial, seja em moeda nacional ou estrangeira, deve ser depositado em um banco local.

O estatuto e o contrato social devem ser registrados em cartório e inscritos no Registro Público de Sociedades. Adicionalmente, a sociedade deve ser registrada na Comissão Nacional Supervisora de Empresas e Valores (CONASEV) se superar certos limites.

As principais características das sociedades anônimas são:

- ▶ **Responsabilidade limitada** – A responsabilidade dos acionistas se encontra limitada ao valor das ações que possuem;
- ▶ **Administração centralizada** – Junta Geral de Acionistas, Diretório e Gerente Geral;
- ▶ **Transferência de ações** – A transferência de ações é livre;
- ▶ **Continuidade** – A morte, enfermidade, falência e/ou aposentadoria ou resignação dos acionistas não causa a dissolução da sociedade. Sob certas circunstâncias, a aquisição de ações no mercado da Bolsa de Valores para adquirir o controle em uma sociedade (25% das ações) deve ser efetuada por meio de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA).

As sociedades devem dispor de 10% da renda líquida anual a ser distribuída e constituir uma reserva legal com esse valor, até o limite equivalente a 20% do capital da companhia.

As rendas distribuídas aos sócios estão conformadas pelas rendas do ano em curso menos a dedução das perdas acumuladas. Dessa forma, as perdas do ano em curso podem ser compensadas contra a reserva legal sempre que esta seja substituída.

Sociedade Anônima Fechada

A Sociedade Anônima Fechada mantém a responsabilidade limitada de seus sócios e tem um mínimo de 2 e um máximo de 20 acionistas. As ações não podem ser listadas em bolsa. As características particulares desse tipo social são:

- ▶ **Administração** - A Junta Geral de Acionistas (que pode ser celebrada sem a presença física dos acionistas) e o Gerente Geral. O Diretório é opcional.
- ▶ **Transferência de Ações** - Os acionistas têm o direito de aquisição preferencial no caso em que se transfiram as ações a um terceiro. Esse direito pode ser eliminado no estatuto.

Sociedade Anônima Aberta

Esse tipo societário está desenhado basicamente para companhias com um grande número de acionistas ou pela que tenham feito uma oferta pública primária de ações ou tenham obrigações conversíveis em ações. Devem estar inscritas no Registro de Sociedades que listam na bolsa. As características particulares desse tipo de sociedade são:

- ▶ **Acionistas** - Se há mais de 750 acionistas.
- ▶ **Ações** - Mais de 35% do capital social pertencem a 175 ou mais acionistas sem considerar dentro desse número aqueles acionistas cujo poder acionário individual não alcance a dois por mil do capital ou exceda 5% do capital.
- ▶ **Supervisão** - As Sociedades Anônimas Abertas estão sujeitas à supervisão pela Comissão Nacional Supervisora de Empresas e Valores (CONASEV).
- ▶ **Transferência de Ações** - É livre. Não se permite restrição ou limitação alguma.

Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada

A Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada está organizada com um mínimo de 2 e um máximo de 20 acionistas. Esse tipo societário não emite ações. Os requisitos para sua constituição são os mesmos que se exigem para as demais sociedades. Suas principais características são as seguintes:

- ▶ **Responsabilidade limitada** - Os sócios não são solidariamente responsáveis com a sociedade.
- ▶ **Administração centralizada** - Junta Geral de Acionistas, Diretório e Gerente Geral.
- ▶ **Transferência de ações** - A transferência de ações a terceiros está sujeita à autorização prévia dos sócios existentes (o direito de aquisição preferente é obrigatório) e deve ser inscrita no Registro Público de Sociedades.
- ▶ **Continuidade** - A morte, enfermidade, falência e/ou aposentadoria ou resignação dos acionistas não causa a dissolução da sociedade.

Filial

Os procedimentos para constituir uma filial no Peru são similares aos dispostos para a constituição das sociedades anônimas. O acordo para constituir uma filial, efetuando-se pela sociedade matriz, deve ser validado pelo consulado peruano e autenticado pelo Ministério das Relações Exteriores no Peru, antes de ser registrado em cartório e inscrito nos Registros Públicos. Mesmo assim, é requerido um certificado de continuidade da sociedade matriz. De acordo com a Lei Geral de Sociedades (LGS), as filiais de sociedades estrangeiras podem se transformar em uma sociedade constituída no Peru sob qualquer tipo de sociedade regulada pela LGS.



VI. Regime tributário

VI. Regime tributário

Nota: de maneira geral, os impostos descritos a seguir devem ser lidos conjuntamente com a aplicação do convênio para evitar a dupla tributação, que tanto o Peru como o Brasil têm firmado reciprocamente para a sua aplicação a partir de 1º de Janeiro de 2010; vide capítulo II.1.a.

As seguintes tabelas mostram a lista de tributos de cada país, segundo sua natureza (diretos, indiretos e municipais). Em seguida mostra-se detalhes de cada um deles.

Relação de tributos no Brasil

Impostos diretos	Impostos indiretos	Impostos municipais	Outros Impostos
<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica- IRPJ▶ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL▶ Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF▶ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE▶ Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI▶ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS▶ Contribuições sobre o faturamento (PIS e COFINS)▶ Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI▶ Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto Territorial Rural - ITR▶ Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD

Relação de tributos no Peru

Impostos diretos	Impostos indiretos	Impostos municipais
<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto de Renda Domiciliados▶ Imposto de Renda não Domiciliados▶ Imposto Temporal aos Ativos Netos - ITAN▶ Imposto às Transações Financeiras - ITF	<ul style="list-style-type: none">▶ Imposto Geral às Vendas - IGV▶ Imposto Seletivo ao Consumo - ISC	<ul style="list-style-type: none">▶ Impostos Municipais▶ Imposto Predial▶ Imposto de Alcabala▶ Imposto ao Patrimônio Veicular

1. Impostos diretos

Brasil

Impostos sobre a renda

► Pessoa Jurídica

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Empresas domiciliadas no Brasil e filiais, agências e escritórios de representação de empresas domiciliadas no exterior estão sujeitas ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Brasil sobre os seus rendimentos globais, devendo recolher impostos sobre a renda segundo a sistemática do lucro real. O valor do imposto pago no exterior por uma entidade poderá ser utilizado para fins de compensação com impostos sobre a renda de pessoa jurídica no Brasil, observando os limites aplicáveis (até o valor do imposto de renda de pessoa jurídica cobrado no Brasil sobre os rendimentos recebidos do exterior).

Segundo as regras brasileiras de tributação de lucros auferidos no exterior (Controlled Foreign Corporation – CFC rules) aplicáveis às sociedades controladas no exterior, os rendimentos de uma CFC devem ser incluídos no lucro tributável da empresa brasileira no final do ano calendário, independentemente da disponibilização ou classificação dos rendimentos.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) incide à alíquota básica de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela dos lucros tributáveis que ultrapassarem os R\$240 mil por ano (ou R\$20 mil por mês).

A Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) incide, em geral, à alíquota de 9%. A base de cálculo da CSLL é bastante semelhante à base de cálculo considerada para fins de imposto de renda, com pequenas diferenças. Assim, a alíquota combinada de imposto de renda de pessoa jurídica é de 34%.

Isenção ou redução de impostos sobre a renda são concedidas a empresas em determinadas áreas menos desenvolvidas economicamente (vide capítulo VI.4).

Uma empresa brasileira poderá optar pelo recolhimento de impostos sobre a renda com base na sistemática do lucro real (regime do lucro real) ou do lucro presumido (regime do lucro presumido). A opção deve ser feita anualmente, sendo, em geral, baseada na rentabilidade da empresa e seus planos de investimentos futuros, entre outros fatores.

Segundo o regime do lucro presumido, os impostos sobre a renda de pessoa jurídica incidem sobre esse tipo de lucro, calculado aplicando-se um percentual fixo à receita bruta de vendas ou serviços (o percentual baseia-se no tipo de atividade da empresa), mais 100% da sua renda passiva. Assim, a dedução de despesas não é permitida, nem a dedução ou compensação futura de prejuízos fiscais. Os impostos sobre a renda são computados em bases trimestrais. Apenas as empresas brasileiras que satisfazem determinados requisitos podem optar pelo recolhimento dos referidos impostos utilizando esse método.

Uma empresa brasileira poderá também adotar o método do lucro real para recolher impostos sobre a renda. Nesse caso, o imposto incide sobre o lucro real da empresa, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis. Os impostos sobre a renda podem ser calculados e recolhidos trimestral ou anualmente (devendo os pagamentos antecipados serem feitos no decorrer do ano calendário).

As despesas operacionais são, em geral, dedutíveis para fins de imposto de renda, desde que sejam necessárias para as atividades usuais da empresa.

Prejuízos fiscais não prescrevem. Contudo, não podem ser utilizados de forma retroativa ou atualizados monetariamente. Prejuízos fiscais podem ser utilizados para fins de compensação, observando o limite de 30% com o lucro tributável da empresa no exercício. Restrições sobre a compensação de prejuízos fiscais podem ser impostas no caso de mudança de controle e na atividade comercial da empresa entre o período da geração dos prejuízos fiscais e o período do seu efetivo uso. Os prejuízos fiscais não operacionais (por exemplo, perdas de capital) acumulados a partir de 1996 somente poderão ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável não operacional (por exemplo, ganhos de capital).

Prejuízos gerados no exterior por meio de filiais ou controladas não poderão ser utilizados para fins de compensação com o lucro tributável da matriz no Brasil. De qualquer maneira, os referidos prejuízos não prescrevem e podem ser utilizados para a compensação com rendimentos futuros da mesma filial ou controlada no exterior, sem limite.

Ganhos de capital apresentados por entidades residentes são tributados pela alíquota normal de imposto de renda de pessoa jurídica de 34%, ao passo que ganhos de capital de não residentes são tributados pelo Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 15% (exceto especificação em contrário por um acordo fiscal em vigor).

Alíquotas de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre pagamentos, créditos e remessas ao exterior

Rendimentos	Alíquotas
Dividendos	Não tributável
Juros	15% (a) (b)
Royalties relativos a patentes, know-how, etc	15% (a) (b)
Serviços	15% (a) (b)

- (a) A alíquota do imposto de renda retido na fonte pode ser elevada para 25% se o beneficiário for residente em um país com tributação favorecida (paraíso fiscal). Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) pode incidir à alíquota de 10% sobre Royalties e serviços técnicos e de assistência técnica .
- (b) Essas alíquotas se aplicam, exceto especificação em contrário por um acordo fiscal em vigor. Atualmente, o Brasil mantém acordos para evitar a dupla tributação com os seguintes países: Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, China, Coreia, Dinamarca, Equador, Espanha, Filipinas, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Portugal, República Tcheca, Eslováquia, África do Sul, Suécia e Ucrânia. O Brasil aplicará o Convênio para evitar a dupla tributação com o Peru a partir de 1º de janeiro de 2010; vide capítulo II.1.a.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

Empresas brasileiras que mantêm contratos de royalties, licenciamento ou de serviços com entidades estrangeiras estão sujeitas ao pagamento da CIDE à alíquota de 10% sobre pagamentos feitos ao exterior.

Imposto sobre Operações Financeiras e de Câmbio (IOF)

De maneira geral, as transações de câmbio feitas para permitir pagamentos a não residentes, abrangendo royalties, serviços técnicos e de assistência técnica e administrativa, entre outras, ou qualquer outra receita, incluindo reembolso de custos, estão sujeitas à incidência do IOF.

Atualmente, as transações de câmbio estão sujeitas ao IOF de 0,38%.

O IOF incide também à alíquota de 5,38% sobre empréstimos no exterior com vencimento inferior a 90 dias.

► Regras sobre subcapitalização

Não há regras sobre subcapitalização no Brasil.

► Preços de transferência

Uma empresa brasileira que optar por recolher impostos sobre a renda pelo regime do lucro real deve observar as regras brasileiras de preços de transferência.

As regras brasileiras de preços de transferência diferem, em diversos aspectos, do princípio “arm’s length” adotado pelas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹¹ e da maioria dos países com regulamentação de preços de transferência, como por exemplo o Peru. Os contribuintes brasileiros devem adotar margens fixas de lucro, de forma a cumprir com as regras de preços de transferência brasileira, adotando um dos métodos fornecidos na legislação (não necessariamente alcançando a margem de lucro a ser obtida em uma operação realizada respeitando o princípio “arm’s length”).

A legislação apresenta uma definição abrangente de partes vinculadas, envolvendo os conceitos de controle direto e indireto, e utilizando o poder de voto e os critérios de controle do negócio. Isso inclui empresas associadas em joint ventures, consórcios e outras formas de propriedade conjunta. Além disso, há regras que estabelecem que distribuidores exclusivos e intermediários são também considerados partes vinculadas, para fins das regras brasileiras de preços de transferência.

É importante mencionar que as regras brasileiras de preços de transferência também se aplicam a residentes em países com tributação favorecida (paraíso fiscal), independentemente de relacionamento corporativo com a empresa brasileira.

Os contribuintes brasileiros devem fornecer informações para fins da legislação de preços de transferência sobre importações e exportações entre partes vinculadas, em bases anuais, como parte da Declaração do Imposto de renda de Pessoa Jurídica (DIPJ). Devido à complexidade dos cálculos requeridos para certificar a adequação do preço de transferência adotado, os contribuintes devem elaborar cálculos de preços de transferência, bem como documentação suporte que comprove as informações fornecidas, além de manter as referidas informações, caso sejam solicitadas em uma eventual fiscalização.

¹¹ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

► Pessoa física¹²

Base de cálculo

Contribuintes residentes para efeitos fiscais devem calcular o imposto de renda sobre seus rendimentos auferidos em bases mundiais. Rendimentos pagos por meio de fontes brasileiras estão sujeitos à retenção do imposto na fonte, ao passo que rendimentos creditados de fontes estrangeiras são tributados por meio de documento de arrecadação específico (“Carnê-Leão”).

Deduções

Para efeitos de apuração do imposto de renda mensal sobre rendimentos de trabalho provenientes de fontes brasileiras, as seguintes despesas podem ser consideradas dedutíveis:

- Contribuições à Seguridade Social - INSS,
- Contribuições a Planos de Previdência Privada (até o limite de 12% do rendimento tributável),
- Pensões alimentícias,
- Dependentes (R\$144,20 por mês), sem limite para o número de dependentes.

Adicionalmente, as deduções abaixo podem ser consideradas no momento da apresentação da Declaração Anual de Imposto de Renda:

- Despesas com educação (própria ou dependente), até o limite de R\$2.708,94 por ano e por pessoa,
- Despesas médicas,
- Despesas com planos de saúde administrados no Brasil,
- Contribuições ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), até o limite anual de 12% do total anual dos rendimentos tributáveis,
- Doações a entidades beneficentes regulamentadas até o limite de 6% do valor do imposto de renda a pagar, e
- Contribuições ao INSS, feitas pelo empregador em nome de empregado doméstico, até o limite de R\$732,00.

Alíquotas

Contribuintes residentes são tributados com base no regime de alíquotas progressivas, conforme tabela a continuação:

¹² Informações de 2009.

Índices do imposto de renda para indivíduos no Brasil

Base de cálculo (em Reais mensais)	Alíquota de imposto de renda	Desconto padrão
Até 1.434,59	-	-
De 1.434,60 a 2.150	7,5%	107,59
De 2.150,01 a 2.866,70	15%	268,84
De 2.866,71 a 3.582	22,5%	483,84
Acima de 3.582	27,5%	662,94

Ganhos de capital, investimentos financeiros e ganhos provenientes de transações realizadas em bolsa de valores são tributados na fonte de acordo com regimes específicos (alíquota máxima de 22,5%).

Contribuintes não-residentes estão sujeitos ao imposto de renda apenas sobre a parcela de seus rendimentos creditados por meio de fontes locais à alíquota definitiva de 10%, 15% ou 25%, dependendo do tipo de rendimento.

Para efeitos brasileiros, o conceito de fonte é determinado com base no local onde o pagamento é realizado, independentemente do local de prestação do serviço.

Peru

Imposto de Renda (IR)

► Pessoa Jurídica

As companhias constituídas no Peru encontram-se sujeitas ao Imposto de Renda por recursos recebidos de fontes mundiais. As companhias não domiciliadas, as filiais estabelecidas no Peru e os estabelecimentos permanentes só se encontram sujeitos ao tributo por recursos recebidos de fonte peruana.

O exercício fiscal termina em 31 de dezembro, sem exceção. As declarações juradas do Imposto de Renda para as sociedades, filiais e pessoas físicas, geralmente devem ser apresentadas até o dia 31 de março seguinte ao exercício fiscal.

A taxa do Imposto de Renda das empresas é de 30%, que se aplica sobre a renda líquida, que é determinada deduzindo os gastos incorridos na geração das rendas ou manutenção da fonte.

Para a dedução das perdas, as companhias podem eleger entre algum dos dois sistemas a seguir:

- As perdas podem ser arrastadas e deduzidas por quatro anos consecutivos, começando a computar o prazo desde o primeiro ano seguinte ao que se gerou a perda; ou
- As perdas podem ser arrastadas e deduzidas indefinidamente, porém com o limite de dedução de 50% das rendas sujeitas ao imposto de cada exercício subsequente.

Não está permitido o arraste e a dedução das perdas a exercícios anteriores ao que foram gerados.

Quando as rendas forem obtidas por sujeitos não domiciliados, se aplicará uma alíquota de retenção dependendo do tipo de renda, de acordo com o quadro que se detalha na seguinte tabela:

Alíquotas de Imposto por tipo de renda para não domiciliado no Peru

Rendimentos	Alíquotas
Dividendos e outras formas de distribuição de lucros, assim como a remissão de lucros da filial, quando se abonam a pessoas físicas ou a companhias não domiciliadas.	4,10%
Juros pagos a uma empresa não domiciliada, sempre que se cumpram certos pre-requisitos.	4,99%
Juros pagos a empresas vinculadas no exterior.	30,00%
Serviços de assistência técnica utilizados economicamente no Peru, sem importar se estes foram prestados ou não no país.	15,00%
Rendimentos do capital pela venda, alienação, redenção ou resgate de ações, bonos, ou valores emitidos pelas sociedades constituídas no Peru, assim como certificados de participação em fundos ou fideicomissos constituídos no Peru ^{13 / 14} .	30,00%
Royalties.	30,00%

As rendas por atividades que se levem a cabo por alguém domiciliado em parte no Peru e em parte no exterior, incluindo as rendas obtidas por suas filiais ou estabelecimentos permanentes, encontram-se sujeitas à retenção do Imposto de Renda, de acordo com a seguinte tabela:

Retenção do Imposto de Renda para não domiciliados

Atividades	Renda líquida de fonte peruana (% das rendas brutas)	Alíquota (%)
Transporte aéreo	1	0,3
Aluguel de navios	80	8,0 ¹⁵
Aluguel de aeronaves	60	6,0 ¹⁵
Fornecimento de containers para o transporte	15	4,5
Sobre-estadia de contêiners de transporte	80	24,0
Seguros	7	2,1
Agências internacionais de notícias	10	3,0

(continua)

¹³ Os rendimentos de capital obtidos pela venda de ações ou valores da Bolsa de Valores se encontram exoneradas até 31 de dezembro de 2009.
¹⁴ A partir de 1 de janeiro de 2010 os rendimentos de capital obtidos por não domiciliados por vendas de valores efetuadas no país estarão sujeitas a uma alíquota de 5%.
¹⁵ A alíquota de retenção para estas atividades é de 10%.

Atividades	Renda líquida de fonte peruana (% das rendas brutas)	Alíquota (%)
Transporte marítimo	2	0,6
Distribuição de filmes cinematográficos	20	6,0
Cessão de direitos de transmissão televisiva	20	6,0
Serviços de telecomunicação	5	1,5

► Regras sobre subcapitalização

Os juros pagos pelos contribuintes domiciliados a suas partes vinculadas ou empresas associadas não poderão ser deduzidos do Imposto de Renda na parte em que excedam o resultado de aplicar o coeficiente (dívida/patrimônio) de “3” ao patrimônio bruto do contribuinte, ao fechamento do exercício imediato anterior.

► Preços de transferência

As regras de preços de transferência baseiam-se no princípio de “arm’s length”, tal como o interpreta a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE.

No Peru, contudo, essas regras não só se aplicam às transações entre partes vinculadas, como também à transações com empresas domiciliadas em paraísos fiscais e entre empresas domiciliadas no Peru sob certas condições. Ainda assim, essas regras não só devem ser tomadas em consideração para efeitos do Imposto de Renda, como também em relação ao Imposto Geral às Vendas (IGV).

► Pessoa física

De acordo com o regime tributário peruano, os cidadãos peruanos residentes no Peru encontram-se sujeitos a tributos por contados recursos recebidos de fonte mundial, sem importar o país em que foram gerados, ou em que foram pagos, ou ainda a moeda em que foram recebidos. Já para os não residentes, só as rendas de fonte peruana se sujeitam à tributação no Peru.

Depois de ter permanecido no Peru por um período maior aos 183 dias - mas inferior a um período de doze meses - os cidadãos estrangeiros serão considerados domiciliados e também se encontrarão sujeitos a tributos sobre a base de suas rendas de fonte mundial.

A condição de domiciliado ou não domiciliado deverá ser verificada de acordo com a situação de 1º de Janeiro de cada exercício. Qualquer mudança durante o exercício fiscal não terá efeito senão até o exercício seguinte.

Tratando-se de residente, o imposto de renda se determina aplicando uma taxa progressiva acumulada, de acordo com a seguinte tabela:

Alíquotas de Imposto de Renda para pessoas físicas no Peru

Base de cálculo	Alíquota de Imposto de Renda
Até 7 UITs (Atualmente 1 UIT = S/.3.550)	0,0%
Acima de 7 a 27 UITs	15,0%
Acima de 27 a 54 UITs	21,0%
Acima de 54 UITs	30,0%

Para salários, soldos e qualquer outro tipo de remuneração derivada do trabalho dependente ou independente, se estabelece um mínimo não tributável de 7 UITs (S/24.850 em dezembro de 2009).

A partir de 1º de Janeiro de 2009, as rendas produzidas por residentes por meio de arrendamento, subarrendamento e cessão de bens, assim como as demais rendas de capital, são tributadas com uma alíquota de 5%.

Imposto Temporal aos Ativos Netos (ITAN)

O ITAN equivale a 0,4% do valor total de ativos que excedam S/1.000.000, determinados em 31 de dezembro do exercício fiscal anterior. As companhias em etapa pré-operativa se encontram excluídas desse imposto. O ITAN constitui crédito contra o Imposto de Renda e, se ao término do exercício não foi aplicado integralmente, pode-se pedir sua devolução.

Entretanto, a fim de evitar os problemas da dupla tributação, as subsidiárias e filiais de empresas estrangeiras poderão escolher creditar contra o ITAN o crédito pelo Imposto de Renda pago no Peru. De tal forma, os contribuintes podem reclamar como crédito estrangeiro nos países de origem o Imposto de Renda pago no Peru, em lugar de um imposto que grava os ativos.

Impostos às Transações Financeiras (ITF) e meios de pagamento

Uma taxa de 0,06% é imposta em geral aos depósitos e retiradas em contas de instituições financeiras no Peru.

Qualquer pagamento realizado que exceda a quantia de S/3.500 Nuevos Soles ou US\$1.000 deve ser efetuado mediante algum dos denominados “Meios de Pagamento”, os quais incluem os depósitos em contas, movimentações, transferências de fundo, ordens de pagamento, cartão de débito ou crédito expedidos no país e cheques “não negociáveis”.

A consequência de não utilizar esses meios de pagamento, é que não poderá reconhecer o custo ou o gasto associado a eles para efeitos de Imposto de Renda. Adicionalmente, não poderá ser tomado como crédito fiscal o Imposto Geral às Vendas pago por tais aquisições de bens ou serviços involucrados.

2. Impostos indiretos

Brasil

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

► Base de cálculo e incidência

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide sobre a importação de bens e a primeira saída desses bens do estabelecimento importador, bem como sobre transações envolvendo produtos industrializados. As exportações estão isentas do imposto. A alíquota do IPI varia, dependendo do produto comercializado, entre 0% e 365%.

► Recuperação

O IPI pago sobre uma operação de importação ou de compra no país gera, normalmente, um crédito fiscal passível de compensação com IPI sobre transações subsequentes. Regras especiais se aplicam à importação e venda de ativo permanente.

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

► Base de cálculo e incidência

O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS) incide sobre a importação e a circulação de bens, mesmo que entre filiais da mesma empresa. Exportações são isentas de ICMS. As alíquotas do imposto variam dependendo do estado em que a empresa e o comprador dos bens ou serviços estiverem localizados.

Importações estão sujeitas, em geral, a ICMS de 17% ou 18%, ao passo que as operações dentro do país estão sujeitas a ICMS de 7% a 18%. De maneira geral, as alíquotas de ICMS sobre operações interestaduais se aplicam da seguinte forma: 7% quando contribuintes localizados nas regiões Sul e Sudeste (exceto o Estado do Espírito Santo) enviarem bens ou serviços sujeitos a ICMS a contribuintes residentes em estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e o Estado do Espírito Santo; e 12% quando contribuintes localizados nas regiões Sul, Sudeste (exceto o Estado do Espírito Santo), Norte, Nordeste e Centro-oeste enviarem bens ou serviços sujeitos a ICMS a contribuintes residentes em estados nas regiões sul e sudeste (exceto o Estado do Espírito Santo).

O ICMS incide também sobre a prestação de serviços de transporte, comunicação e eletricidade.

► Recuperação

O ICMS pago sobre operações de importação bem como em compras domésticas gera, normalmente, crédito fiscal passível de compensação com ICMS nas transações seguintes. Regras especiais se aplicam à compensação de créditos de ICMS gerados na compra de ativo permanente.

Contribuições sobre faturamento (PIS e COFINS)

► Base de cálculo e aplicação

O PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social) são contribuições sobre o faturamento que incidem sobre a receita bruta da empresa sob o regime não cumulativo ou cumulativo.

Segundo o regime não cumulativo, o PIS e a COFINS incidem, em geral, à alíquota combinada de 9,25% sobre a receita bruta. Contribuintes brasileiros que adotam o regime cumulativo estão sujeitos a uma alíquota reduzida de PIS e COFINS (alíquota combinada de 3,65%).

O PIS e a COFINS incidem também sobre importações (“PIS-Importação” e “COFINS Importação”).

PIS-Importação e COFINS-Importação são contribuições sociais que incidem sobre a importação de bens e serviços, em geral, à alíquota combinada de 9,25%. A base de cálculo para o PIS-Importação e a COFINS-Importação sobre produtos importados corresponde ao valor alfandegário, mais ICMS, PIS e COFINS (cálculo por dentro), o que resulta em alíquota efetiva superior a 9,25%. Determinadas importações estão isentas de PIS e COFINS.

► Recuperação

Somente o regime não cumulativo admite créditos de PIS e COFINS. Esses créditos fiscais são aceitos no caso de determinados custos e despesas relacionados com o negócio, os quais podem ser utilizados para fins de compensação com PIS e COFINS a pagar.

O importador no Brasil poderá também apropriar créditos de PIS e COFINS sobre a compra de insumos segundo o regime não cumulativo de PIS e COFINS (semelhante ao que ocorre com IPI e ICMS). Esses créditos podem ser utilizados para fins de compensação com PIS e COFINS a pagar.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

► Base de cálculo e incidência

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incide sobre a prestação de serviços, conforme lista de serviços tributáveis, cuja alíquota pode variar de 2% a 5%. A importação de serviços também está sujeita a ISS, mesmo que o serviço seja prestado no exterior. A exportação de serviços é isenta do imposto, desde que determinadas condições sejam satisfeitas.

► Recuperação

O ISS é um imposto não recuperável.

Peru

Imposto Geral às Vendas (IGV)

► Base tributável e aplicação

O Imposto Geral às Vendas é incidente sobre o consumo no país de bens e serviços com uma alíquota de 19%.

A Lei do IGV segue o sistema de débito/crédito: o IGV da venda será compensado contra o IGV pago na aquisição. O crédito em excesso pelo IGV pago em um mês particular deverá ser aplicado nos meses seguintes até que este se esgote.

► Recuperação antecipada do IGV

As companhias que se encontram desenvolvendo projetos cuja etapa pré-operativa seja maior há dois anos poderão solicitar a devolução antecipada do IGV com antecedência ao início das suas operações. Para tais efeitos, é necessário ter firmado um acordo de investimento com o Governo Peruano através do Ministério do Interior.

► Recuperação definitiva do IGV

Podem solicitar a recuperação definitiva do IGV: (i) as companhias e as pessoas físicas que sejam titulares de concessões mineiras, e (ii) aos investidores que tenham subscritos contratos de licença ou de serviços aos quais se refere a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. Para esses efeitos, o primeiro caso, o beneficiário não deve encontrar-se em etapa de produção e deve celebrar com o Estado um Contrato de Investimento em Exploração, enquanto que, no segundo caso, o investidor deve achar-se durante a fase de exploração dos referidos contratos.

Imposto Seletivo ao Consumo (ISC)

É o imposto ao consumo de bens específicos, tais como combustíveis, cigarros, cerveja, bebidas, bebidas gaseificadas, entre outros. Aplica-se sob 3 sistemas: (i) específico, que envolve um valor fixo em Nuevos Soles por unidade de medida; (ii) ao valor, sobre a base de porcentagem sobre o preço de venda, e (iii) preço de venda, aplicando sobre a base de porcentagem sobre o preço sugerido ao público.

3. Impostos municipais

Brasil

Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

Incide sobre a transferência da propriedade de bens imóveis, à alíquota de 2% a 6%, dependendo do município.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Vide Seção 2 de Impostos indiretos.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

É um Imposto municipal incidente anualmente sobre a propriedade de bens imóveis em áreas urbanas. A alíquota média é de 2%.

Peru

Imposto Predial

O Imposto Predial é um imposto municipal anual que incide sobre o valor dos prédios urbanos ou rústicos. Para este efeito, consideram-se prédios os terrenos, as edificações e as instalações fixas e permanentes.

A alíquota do imposto é acumulativa e progressiva, variando entre 0,2% e 1%, dependendo do valor do prédio.

Imposto de Alcabala

O Imposto de Alcabala grava as transferências de imóveis a título oneroso ou gratuito, qualquer que seja sua forma ou modalidade.

A base tributável é o valor determinado para o imóvel para efeitos de Imposto Predial. A alíquota aplicável é de 3%. É um imposto a cargo do comprador.

Imposto ao Patrimônio Veicular

O Imposto ao Patrimônio Veicular é anual e incide sobre a propriedade dos automóveis e caminhonetes fabricados no país ou importados, com uma idade não maior a 3 anos. A idade de 3 anos se calcula a partir da primeira inscrição no Registro de Propriedade Veicular.

A base de cálculo está constituída pelo valor original de aquisição, importação ou de ingresso ao patrimônio. A alíquota aplicável é de 1%.

4. Regime aduaneiro

Brasil

A importação de bens no Brasil está sujeita, em geral, ao imposto de importação, IPI, ICMS, PIS e COFINS, como segue:

Régime aduaneiro en el Brasil

Tributo	Alíquota	Base de Cálculo
Imposto de Importação	Alíquota variável dependendo da classificação fiscal do produto a ser importado	Valor aduaneiro
IPI	Alíquota variável dependendo da classificação fiscal do produto a ser importado	Valor aduaneiro + valor do imposto de importação
PIS - Importação e COFINS - Importação	PIS - 1,65% ¹⁶ COFINS - 7,6% ¹⁶	Valor aduaneiro + valor do imposto de importação + valor do IPI + valor de PIS e COFINS + valor do ICMS
ICMS	Variável dependendo do estado e dos bens (a alíquota genérica de ICMS sobre importações é de 17% ou 18%)	Valor aduaneiro + valor do imposto de importação + valor do IPI + valor de PIS e COFINS + valor do ICMS

Regimes Alfandegários Especias

► Regimes de Drawback

A legislação alfandegária brasileira prevê cinco tipos de regimes de drawback:

- **Drawback suspensão:** segundo esse regime, matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem importados e exportados, após processamento industrial, estão isentos do imposto de importação, PIS e COFINS-importação, IPI e ICMS (dependendo da legislação de cada estado). Esse regime é regulamentado pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX. Além disso, a empresa no Brasil deve satisfazer determinados requisitos para obter aprovação.
- **Drawback isenção:** esse regime envolve a isenção de imposto de importação, IPI, PIS e COFINS-importação e ICMS (dependendo da legislação de cada estado) sobre a importação de matérias-primas e componentes de estoques da empresa, desde que os bens sejam utilizados no processo de produção de um produto final destinado à exportação. Importações subsequentes das mesmas matérias-primas e bens anteriormente importados em igual quantidade e de igual qualidade se beneficiam de isenção do imposto de importação. Para obter a isenção, a empresa no Brasil deve comprovar as suas transações de exportação utilizando a documentação de exportação.

¹⁶ Alíquota genérica de PIS-Importação e COFINS-Importação. Alguns produtos específicos podem estar sujeitos a alíquotas diferentes.

- ▶ **Drawback restituição:** segundo esse regime, um importador no Brasil pode obter restituição de impostos sobre importação (imposto de importação, IPI e PIS-Importação e COFINS-Importação) pagos dentro de 90 dias após a exportação de produtos acabados manufaturados no país, utilizando matérias-primas que foram anteriormente importadas sob esse regime de drawback. As transações de importação e exportação devem ser comprovadas utilizando a documentação de importação e exportação e as guias de recolhimento de imposto. Se o pedido for aprovado, o importador obterá um certificado de crédito fiscal a ser utilizado para fins de compensação de imposto sobre a sua próxima transação de importação.
 - ▶ **Drawback “verde-amarelo”:** esse regime especial permite a compra no país de matérias-primas e bens a serem manufaturados e posteriormente exportados, com suspensão de IPI, PIS, COFINS e ICMS (dependendo da legislação de cada estado). Contudo, o produtor deverá utilizar, no mínimo, parte dos bens importados no processo de produção, de forma a satisfazer os requisitos do regime. Esse regime não se aplica a produtos agrícolas.
 - ▶ **Drawback integrado:** esse regime aduaneiro especial permite a compra no país e a importação de bens a serem utilizados no processo de produção de artigos destinados à exportação com suspensão de PIS e COFINS (sobre receita bruta), PIS e COFINS-importação, IPI e ICMS (dependendo da legislação de cada Estado). Ao contrário do regime anterior, a importação de bens não é obrigatória.
- ▶ **Regime de Depósito Alfandegado Certificado**
- Segundo o regime de Depósito Alfandegado Certificado (DAC), ocorre a exportação ficta de bens que permanecem fisicamente armazenados em um depósito alfandegado no Brasil em nome do não residente, aguardando uma transação subsequente.
- ▶ **Regime de Entrepasto Aduaneiro**
- O regime de entreposto aduaneiro permite que uma empresa estrangeira mantenha bens armazenados no Brasil sob controle alfandegário, diferindo o pagamento dos impostos de importação e outros impostos durante um certo período até a sua efetiva importação.
- ▶ **Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF)**
- Segundo o Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado - RECOF, as empresas podem importar matérias-primas e outros bens com suspensão do pagamento do imposto de importação, PIS e COFINS-importação, IPI e ICMS desde que os bens sejam utilizados em um processo industrial. Os bens importados podem permanecer estocados no interior das instalações da empresa no Brasil, sujeito ao controle das autoridades fiscais. Esse regime está disponível apenas para determinados setores produtivos (incluindo computadores, automóveis e aeronaves, entre outros previstos pela legislação), sujeito ao cumprimento de determinados requisitos.
- ▶ **Regime REPETRO**
- O Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO é um regime aduaneiro especial no Brasil que se aplica à importação e exportação de bens destinados a promover o crescimento do setor de petróleo e gás. O REPETRO é aplicado a um determinado grupo de produtos relacionados

na lei, permitindo a exportação de bens sem a sua saída física do território brasileiro, com subsequente importação ao Brasil por meio do regime de admissão temporária. O REPETRO também permite a importação de matérias-primas a serem utilizadas no processo de industrialização com a suspensão do imposto de importação, PIS, COFINS e IPI por meio do regime aduaneiro especial de drawback suspensão.

► **Regime de Desembarço Alfandegário Expresso ou “Linha Azul”**

O Regime de Desembarço Alfandegário Expresso ou “Linha Azul” é um regime alfandegário especial que concede a determinadas empresas tratamento preferencial na exportação, importação e em transações que envolvem trânsito alfandegário. Para utilizar o procedimento de desembarço linha azul, as empresas devem voluntariamente obter prévia qualificação, que é concedida às empresas que satisfazem determinados requisitos para evidenciar que os seus controles internos estão em plena conformidade com as suas obrigações fiscais e alfandegárias, além de monitoramento permanente pelas autoridades alfandegárias no Brasil. O regime visa agilizar o desembarço aduaneiro de importações e exportações feitas por empresas autorizadas, reduzindo assim custos e tempos.

Os benefícios do regime Linha Azul incluem prioridade para o embarque e desembarque de bens em portos e aeroportos, desembarço aduaneiro expresso sem inspeção física ou de documentação, encargos menores de desembarço aduaneiro, prioridade no desembarço de bens se forem selecionados para inspeção alfandegária e redução de riscos resultantes de longos períodos de armazenamento e greves.

► **Incentivos Fiscais nas Exportações**

► **REPES**

O Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES) beneficia empresas brasileiras de desenvolvimento de software e de prestação de serviços de TI cuja receita de exportação corresponda a 60% ou mais do total da sua receita bruta anual de vendas.

O benefício fiscal associado ao REPES envolve a suspensão de PIS e COFINS sobre a importação de bens e serviços destinados ao desenvolvimento de software e serviços de TI, desde que a importação seja feita diretamente pelo beneficiário do REPES. A suspensão é convertida em alíquota zero, após transcorridos três anos da data da transação de importação. O REPES permite também a suspensão de PIS e COFINS sobre vendas domésticas de bens a serem incorporados ao ativo fixo de empresas beneficiárias do REPES. O REPES permite também a suspensão de IPI na importação de determinados bens relacionados em lei e que serão incorporados ao ativo fixo da empresa beneficiária do REPES. A suspensão é convertida em isenção, após transcorridos três anos da data da transação de importação.

► **RECAP**

O Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) aplica-se a determinados equipamentos, instrumentos ou máquinas, importados diretamente pela empresa beneficiária do RECAP e para serem incorporados ao seu ativo fixo. Segundo o RECAP, ocorre a suspensão de PIS e COFINS incidentes na importação e a redução da alíquota a zero, se os requisitos do regime forem satisfeitos. O regime prevê também a suspensão de PIS e COFINS sobre compras domésticas feitas pela empresa beneficiária do RECAP. O RECAP não se aplica a empresas brasileiras sujeitas à incidência de PIS e COFINS cumulativos.

► **Regime para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária**

O Regime para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) é um regime alfandegário especial que se destina a incentivar investimentos na modernização e ampliação de instalações portuárias pelas operadoras portuárias, concessionárias de portos, arrendatários portuários para fins de uso público, empresas autorizadas a operar instalações portuárias para uso público e privado e empresas de dragagem.

O REPORTO permite a suspensão de Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS na aquisição de determinadas máquinas, equipamentos e peças de reposição, entre outros bens, a serem incorporados ao ativo fixo da empresa, para uso na operação das instalações portuárias.

► **Ex-tarifário**

Esse benefício permite a redução do imposto de importação sobre a importação de máquinas ou equipamentos que não tiverem produção similar no Brasil. O benefício fiscal é concedido depois da comprovação pelo importador da inexistência de máquinas ou equipamentos equivalentes no Brasil e a obtenção de aprovação prévia das autoridades brasileiras competentes.

► **Admissão Temporária**

Sob determinadas condições, pode haver a importação temporária de bens, com suspensão do imposto de importação, IPI, PIS e COFINS-importação e ICMS, pelo período máximo de um ano (com a possibilidade de extensão por igual período) se os bens forem posteriormente exportados. Sob condições especiais, poderá haver extensão do período de admissão por três anos no total. No caso de bens importados sob arrendamentos operacionais ou contratos de locação e bens importados para a prestação de serviços, o imposto de importação, IPI, PIS e COFINS-importação e ICMS devem ser pagos de forma proporcional ao período em que os bens permanecerem no Brasil - 1% ao mês - devendo ser pagos no momento do desembaraço alfandegário dos bens. Essa regra também se aplica a estruturas de manufatura contratual que envolvem baixos níveis de manufatura para produtos finais exportados.

► **Exportação Temporária**

Segundo a legislação brasileira, pode haver a exportação temporária e re-importação de bens isenta de impostos de importação e ICMS, mesmo que os bens sofram algum processamento industrial. O regime de exportação temporária deve ser aprovado pelas autoridades fiscais e alfandegárias brasileiras, mediante solicitação especial. Para bens exportados para fins de reparo ou uso na manufatura de produtos finais a serem importados pelo Brasil, ocorre a incidência do imposto de importação e ICMS apenas sobre o valor agregado ao produto.

► **Outros Benefícios Especiais para Empresas Exportadoras**

As empresas cuja receita de exportação corresponda a, no mínimo, 70% da sua receita total se qualificam ao incentivo concedido a “empresas que são preponderantemente exportadoras”. As empresas que são preponderantemente exportadoras podem se beneficiar da suspensão de IPI, PIS e COFINS na compra de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem. Além disso, produtores de determinados bens definidos em lei (a saber, carteiras de couro, sapatos e equipamentos de colheita agrícola) podem obter os mesmos benefícios quando a sua receita de exportação corresponder a, no mínimo, 60% da sua receita total.

Zonas Francas

Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Zona Franca de Manaus (ZFM) corresponde a uma área de livre comércio que oferece incentivos fiscais especiais com o objetivo de atrair negócios à região menos desenvolvida do Amazonas. Bens importados utilizados na ZFM para fins de consumo, atividades de manufatura ou montagem e bens importados para fins de estocagem e re-exportação estão isentos de imposto de importação, PIS-Importação e COFINS-Importação e IPI. O governo do estado do Amazonas poderá conceder também isenção e/ou redução de ICMS. Para que os referidos benefícios sejam concedidos, a empresa deve obter aprovação prévia das autoridades competentes brasileiras (SUFRAMA). A aprovação é, em geral, concedida a projetos que envolvam um processo produtivo básico e que satisfaçam outros requisitos estabelecidos pela legislação tributária brasileira.

Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)

Empresas estrangeiras que investem em unidades industriais para a produção de bens para exportação podem estabelecer empreendimentos industriais nas Zonas de Processamento de Exportação ou ZPEs, criadas por meio de decreto federal. As ZPEs correspondem a zonas especiais de livre comércio que não são consideradas território brasileiro para fins de controle alfandegário. Apenas 20% dos produtos manufaturados nas ZPEs podem ser destinados ao mercado brasileiro.

Outras Reduções Fiscais

Outras reduções de impostos podem ser obtidas por meio de programas recentemente criados de benefícios fiscais ou dependendo da natureza dos bens a serem importados, sua destinação, origem e valor.

Além disso, pode-se buscar otimização em relação aos encargos de importação, por meio de estruturação da cadeia de fornecedores, para se beneficiar de acordos de livre comércio aplicáveis.

Peru

Por razões de segurança ou saúde pública, a importação de alguns bens se encontra restringida. A aplicação dos impostos e direitos aduaneiros resume-se a continuação:

Impuestos aduaneros en el Peru

Tributo	Alíquota	Base de cálculo
Direitos aduaneiros ⁽¹⁷⁾	0,0%, 9,0% y 17,0%	Valor CIF
IGV ⁽¹⁸⁾ ⁽¹⁹⁾	19,0%	CIF + Direitos aduaneiros

⁽¹⁷⁾ As alíquotas dos direitos aduaneiros dependem do tipo de bens importados.

⁽¹⁸⁾ O IGV pode ser utilizado como crédito fiscal pelo importador.

⁽¹⁹⁾ Alguns bens estão sujeitos adicionalmente ao Imposto Seletivo ao Consumo.

Regime de Drawback

O regime de Drawback permite às companhias produtoras-exportadoras recuperar total ou parcialmente os direitos tarifários que afetam a importação de matérias-primas, insumos, produtos intermediários e partes ou peças incorporadas ou consumidas na produção de bens a serem exportados, sempre que o valor CIF (custo, seguro e frete) de importação não exceda o 50% do valor FOB (livre a bordo) da exportação. A alíquota de restituição aplicável até o dia 31 de dezembro de 2009 equivale ao 8% do valor FOB do bem exportado, chegando ao máximo de 50% de seu custo de produção. Foi estabelecido que, após essa data, a alíquota de restituição voltará a ser 5%.

Zonas Francas

Zona Franca de Tacna - Zofratatna

A Zona Franca de Tacna - Zofratatna foi criada pela Lei 27688 em 2002 com o propósito de promover o investimento na zona sul do país, por meio da instalação de empresas dedicadas a desenvolver atividades industriais, agroindustriais, de terceirização de serviços, de montagem e de serviços de armazenamento, distribuição, desenfardo, envase, entre outros. Para isso, se outorgou um regime de exoneração tributária, que inclui o Imposto de Renda, Imposto Geral às Vendas (IGV), Imposto de Promoção Municipal, assim como todo tributo, tanto do governo central, regional e municipal, criado ou por criar-se, inclusive aqueles que requerem exoneração expressa, sempre e quando as atividades se desenvolvam dentro da zona mencionada. Em quanto às operações que realizam estas empresas com o resto do território nacional, elas estarão sujeitas ao pagamento dos tributos correspondentes.

Os bens provenientes do exterior que ingressem nessa zona não estão sujeitos ao pagamento dos impostos de importação, já que a Zofratatna tem a condição de zona aduaneira de tratamento especial. No caso em que esses bens se trasladarem à Zona Comercial de Tacna, será pago um tributo especial; se tais bens são destinados ao resto do território nacional, serão pagos todos os tributos que afetem a importação dos bens.

Quanto à vigência do regime de benefícios, este se manterá até o ano 2022, com exceção do Imposto de Renda, cujo prazo termina em 31 de dezembro de 2023.

Zona Econômica Especial de Puno - Zeedepuno

A Zona Econômica Especial de Puno - Zeedepuno foi criada pela Lei 28864. Da mesma forma que para a Zofratatna, foi estabelecida uma área que goza de presunção de extraterritorialidade aduaneira, em que se aplica um regime especial em matéria tributária que estabelece não só a exceção dos impostos de importação dos bens que ingressam na zona, mas também se prevê a exoneração do Imposto de Renda, IGV, Imposto de Promoção Municipal, assim como todos os tributos, tanto do governo central, regional e municipal, criado ou por criar-se, sempre e quando os usuários realizem as atividades autorizadas, tais como industriais, agroindustriais, de terceirização de serviços, de montagem e de serviços de armazenamento, distribuição, desenfardo, embalagem, dentro da zona.

O prazo de vigência das exonerações concedidas termina em 2027, com exceção do Imposto de Renda, que conclui em 31 de dezembro de 2028.

Centros de Exportação, Transformação, Indústria, Comercialização e Serviços - Ceticos

Adicionalmente às zonas aduaneiras especiais mencionadas anteriormente, encontram-se os denominados Centros de Exportação, Transformação, Indústria, Comercialização e Serviços (Ceticos) em Ilo, Matarani, Paita e Loreto.

Os Ceticos constituem áreas geográficas devidamente delimitadas que têm natureza de zonas primárias aduaneiras de trato especial, em que se poderá prestar serviços de reparação, recondicionamento de mercadorias, modificações, mesclas, embalagens, terceirização de serviços, transformação, aperfeiçoamento ativo, distribuição e armazenamento, entre outros. Desta maneira, o ingresso dos bens nesta zona gozam da exoneração dos impostos de importação; contudo, o ingresso dos bens provenientes dos Ceticos ao resto do território nacional está sujeito ao pagamento dos direitos tributários e os demais tributos que incidem à importação.

Quanto aos demais tributos, tratando-se da empresas que foram constituídas nos Ceticos de Ilo, Matarani e Paita até o ano de 2004, cujas operações anuais correspondam a não menos de 92% à exportação de bens que produzirem, estas ficam exoneradas até 31 de dezembro de 2012 dos Impostos de Renda, IGV, Imposto de Promoção Municipal, assim como também ficam exoneradas de todo tributo, taxa, colaboração ou contribuição tanto do governo central, regional e municipal, criado ou por criar-se.

Finalmente, em relação ao Cetico Loreto, é importante mencionar que o prazo para a constituição de empresas nessa zona, assim como a sua exoneração, é de 50 anos, computados a partir de 24 de maio de 1998.

5. Outros Impostos

Brasil

Imposto Territorial Rural - ITR

É um imposto federal que incide sobre a propriedade ou posse de bens imóveis localizados em zonas rurais. As alíquotas variam de 0,03% a 20%, e o imposto deve ser recolhido em bases anuais.

Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação (ITCMD) incide sobre o valor de bens e direitos recebidos por doação ou herança. Cada estado estabelece a alíquota do imposto a ser aplicada, até o percentual máximo determinado pela Constituição Federal, atualmente de 8%. No estado de São Paulo, por exemplo, a alíquota atual é de 4%.

6. Acordos de estabilidade tributária

Brasil

O Brasil vem ampliando a sua rede de acordos internacionais nos últimos anos. Atualmente o Brasil mantém acordos internacionais com diversos países da América Latina (inclusive México, Chile e Argentina) e Europa, bem como Japão e Canadá, mas não com os Estados Unidos. Recentemente o Peru e o Brasil firmaram um acordo para evitar a dupla imposição; vide capítulo II.1.a.

Apesar de que as principais definições das transações previstas pelos acordos internacionais basearem-se, em geral, nas diretrizes da convenção da OCDE, o Brasil não segue a interpretação geralmente adotada nas diretrizes da OCDE para alguns artigos (em especial, o artigo sobre lucros) uma vez que o Brasil não é membro da OCDE.

Peru

A Agência de Promoção do Investimento Privado (ProInversión, vide capítulo IV.5.b), em representação do Governo Peruano, pode garantir ao investidores estrangeiros a estabilidade do regime legal e tributário. Para isso é necessário investir no Peru um valor não inferior a US\$10 milhões de dólares americanos no setor de mineração e hidrocarbonetos, US\$5 milhões de dólares americanos em qualquer outro setor econômico, ou adquirir mais de 50% das ações de uma companhia em um processo de privatização.

A photograph of a person from behind, wearing a light blue long-sleeved shirt. Their arms are raised, and their hands are clasped together in a circle above their head. They are wearing a metal watch on their left wrist. The background is a bright, slightly out-of-focus indoor space with white walls and ceiling. A yellow rectangular box with a diagonal cut is overlaid on the right side of the image, containing the text 'VII. Regime trabalhista'.

VII. Regime trabalhista

VII. Regime trabalhista

Brasil

Salários e Benefícios

A Constituição Federal estabelece um salário mínimo a ser pago por todo o território nacional. O valor atual, estabelecido em fevereiro de 2009, é de R\$465 (cerca de USD267).

Por regra geral, os salários são pagos com periodicidade mínima de um mês. Uma vez estabelecidos em contrato de trabalho, não podem ser reduzidos, exceto em circunstâncias específicas estabelecidas em lei (redução de jornada, acordo coletivo etc.). Em geral, aumentos salariais acontecem em bases anuais como resultado de acordos coletivos.

Os trabalhadores têm o direito de 13 pagamentos anuais, sendo o 13º proporcional ao período trabalhado no ano. O décimo terceiro salário deve ser pago em duas parcelas, a primeira no período de fevereiro a novembro e a segunda em dezembro.

A cada período de 12 meses trabalhados, os trabalhadores têm o direito a 30 dias de férias remuneradas, sendo que o pagamento correspondente deve ser adicionado em 1/3 por conta de disposição constitucional. O período de férias deve ser gozado no período subsequente de 12 meses. Férias devidas, mas não gozadas, expõem o empregador ao seu pagamento em dobro.

Benefícios podem ser concedidos por força de determinação legal, acordo coletivo ou por liberalidade do empregador. Em geral, o valor dos benefícios não integra a remuneração do trabalhador, exceto quando concedidos em caráter individual. Nesses casos, deve ser reportada em folha de pagamentos para o cálculo das incidências devidas (tributos e encargos trabalhistas).

Jornada de Trabalho

A legislação brasileira estabelece um máximo semanal de horas de trabalho de 44 horas distribuídas entre cinco ou seis dias úteis. A jornada de trabalho não poderá exceder dez horas de trabalho diário, sendo 8 horas ordinárias e duas horas extras. Regras específicas podem ser aplicadas de acordo com o tipo de indústria (construção civil, siderurgia, tecnologia etc.).

Horas extras não são obrigatórias (exceto por força de prévio acordo entre empregador e empregado) mas quando devidas, devem ser pagas com acréscimo mínimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho, salvo acordo prévio em contrário (com a participação do sindicato). Trabalhadores em exercício de cargo de confiança não têm direito a horas extras.

Estabilidade laboral

O contrato de trabalho pode ser rescindido pelo empregador (demissão) ou pelo trabalhador (pedido de demissão). A demissão poderá ser por justa causa (por exemplo, desonestidade, conduta imprópria ou indisciplina) ou sem justa causa (também denominada “demissão injustificada” devido a causas não consideradas “justas” segundo a legislação trabalhista).

O processo de demissão deve ser homologado junto ao Sindicato correspondente à categoria do profissional e deve liquidar as seguintes parcelas em favor do trabalhador:

- ▶ Saldo de salário referente ao mês de demissão
- ▶ Décimo terceiro salário, proporcional ao período trabalhado no ano
- ▶ Férias proporcionais

Caso a demissão seja sem justa causa, o empregador deverá também pagar multa de 50% sobre o valor total dos depósitos de FGTS realizados na conta vinculada do trabalhador durante a vigência de seu contrato, sendo 40% revertidos em benefício próprio e 10% para o Governo Federal.

As empresas não poderão rescindir o contrato do trabalhador candidato a uma função sindical. Caso eleito, a proteção deve ser estendida por até 1 ano após a eleição, salvo em casos de justa causa. As mesmas regras são aplicáveis aos trabalhadores que tenham sido eleitos para participar da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ou CIPA. Gestantes não poderão ser dispensadas no período entre o início da gravidez até cinco meses após o nascimento do bebê, desde que não tenham cometido nenhuma falta grave.

É importante salientar que a parte que der causa à demissão deve conceder aviso prévio de 30 dias à outra parte. No caso de demissão motivada pelo empregador, o aviso prévio pode ser substituído por pagamento em dinheiro (aviso prévio indenizado).

Expatriados

Com o objetivo de preservar as oportunidades de trabalho para os brasileiros, o governo requer, em geral, que pelo menos dois terços dos trabalhadores de qualquer empresa brasileira sejam cidadãos brasileiros e que dois terços do valor total das remunerações sejam recebidos por brasileiros.

As empresas devem preparar um relatório anual para o Ministério do Trabalho contendo um demonstrativo da proporção existente entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros. O referido demonstrativo deve especificar também o salário dos trabalhadores, dentre outros dados relevantes.

Para os referidos fins, estrangeiros são equiparados aos cidadãos brasileiros caso estejam no país por mais de 10 anos ou forem casados com cidadãos brasileiros, ou se forem pais de crianças nascidas no Brasil, ou ainda se tiverem cidadania portuguesa.

Imigração

Estrangeiros devem portar visto permanente ou temporário para fins de exercer atividades profissionais no Brasil. Os tipos mais comuns de vistos são os seguintes:

- ▶ **Temporário V sem contrato de trabalho local:** apropriado para profissionais que exerçam atividades que impliquem em transferência de tecnologia (engenharia, telecomunicações etc.). Sujeita o portador ao teste de presença física ("physical presence test") para efeitos de aquisição de residência fiscal no Brasil. Tem validade de até 2 (1+1) anos;
- ▶ **Temporário V com contrato de trabalho local:** apropriado para profissionais que exerçam atividades ordinárias, inclusive de gestão. Implica a necessidade de formalização de contrato local, regido pelas regras da legislação trabalhista brasileira e sujeita o portador à tributação pela metodologia de residente fiscal a partir do primeiro dia no país. É válido por até 4 anos (2+2);

- **Permanente:** apropriado para profissionais que exerçam atividades de alta gestão. Sujeita o portador à tributação pela metodologia de residente fiscal a partir do primeiro dia no país. É válido por até 5 anos.

O estrangeiro deve ainda providenciar o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) junto à Polícia Federal. A Carteira de Trabalho e de Previdência Social (CTPS) deve ser obtida junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O Visto de negócio não é apropriado para o exercício de atividades profissionais no Brasil, mas apenas para habilitar o portador a participar de reuniões, conferências, prospecções de oportunidades, etc.

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

As empresas devem contribuir ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) com base em sua folha de pagamentos mensal.

As contribuições são calculadas à alíquota de 8%, individualizadas e mantidas sob a custódia da Caixa Econômica Federal em contas que não podem ser movimentadas pelos trabalhadores, exceto em circunstâncias específicas previstas em lei como, por exemplo, aposentadoria, demissão sem justa causa, doença grave e compra do primeiro imóvel residencial.

No caso de demissão sem justa causa, o empregador é multado em 50% sobre o valor acumulado das contribuições realizadas para o trabalhador durante a vigência de seu contrato, sendo que 40% são devidos a ele e 10% ao Governo Federal.

Seguridade Social

Empregados e empregadores devem contribuir para a manutenção da Seguridade Social no Brasil.

A parcela devida pelos trabalhadores é calculada às alíquotas de 8% a 11% sobre o valor do rendimento bruto reportado em folha de pagamentos. O valor da contribuição individual, no entanto, é limitado a R\$ 354. A parcela devida pelos empregadores é calculada pelas alíquotas de 26,8% a 28,8% sobre a mesma base de cálculo, mas não há limite para o valor resultante da contribuição.

Empresas que utilizam serviços de trabalhadores autônomos devem contribuir com 20% sobre a remuneração total devida a eles (sem limite). Devem ainda reter na fonte a contribuição devida pelo trabalho no valor equivalente a 11% da remuneração devida (limitada a R\$ 354).

Sistema de Aposentadoria

Trabalhadores podem requerer benefício de aposentadoria oficial com base em (i) tempo de contribuição (35 anos), (ii) doença ou deficiência impeditiva, (iii) falecimento de cônjuge ou (iv) idade (65 anos para homens e 60 para mulheres, mas desde que tenham contribuído por pelo menos 180 meses).

Planos de Previdência Privada, inclusive com co-patrocínio de empregadores, vêm se tornando cada vez mais comum no Brasil para efeitos de complementação do benefício de aposentadoria oficial.

Peru

Salários e estabilidade laboral

De acordo com a Constituição Política do Peru, os empregados se encontram protegidos contra as demissões arbitrárias. Esse direito, chamado “estabilidade laboral”, é garantido aos empregados que trabalham para um mesmo empregador por uma jornada maior a 4 horas diárias, após transcorrido um período de 3 meses. Uma vez completado este período, os empregados com estabilidade laboral só poderão ser despedidos sobre circunstâncias relacionadas à sua conduta no trabalho e à sua habilidade para o cumprimento de suas responsabilidades.

Os empregadores podem subscrever contratos de trabalho por prazo indeterminado ou por um período determinado. Os contratos de trabalho a prazo determinado se encontram expressamente previstos na Lei e basicamente são permitidos para os negócios em expansão, em incremento de produção, trabalhos temporários ou por circunstâncias extraordinárias ou atividades sazonais.

No caso de uma demissão injustificada, o empregado poderá demandar pela ruptura do vínculo laboral, um pagamento equivalente a um salário e meio por cada ano de serviço. O máximo pagamento pela ruptura do vínculo trabalhista é de 12 salários. Alternativamente, o empregado poderá demandar a restituição a seu posto de trabalho.

Sob certas circunstâncias se permite o término do trabalho coletivo, como os casos fortuitos ou de força maior, redução por troca tecnológica, dissolução, situação de falência, ou redução de operações, sem perder o direito do pagamento pelo término do serviço.

Benefícios do trabalhador

O empregador deve prover os seguintes benefícios aos trabalhadores:

- ▶ Ajuda familiar equivalente a US\$19 mensais (aproximadamente)
- ▶ O pagamento de um mês de salário por férias, uma vez ao ano.
- ▶ O pagamento de uma gratificação equivalente a um mês de salário no mês de julho e no mês dezembro (catorze salários por ano).
- ▶ Um mês de salário por ano (aproximadamente) como indenização pelo fim do vínculo laboral, o qual será depositado adiantado na instituição bancária escolhida pelo empregado.
- ▶ Participação nos lucros calculada com base nas rendas gravadas com o Imposto de Renda do empregador e distribuída entre os empregados. As taxas são de 5%, 8% e 10% dependendo da atividade do empregador. Este benefício não se aplica às companhias com menos de 20 funcionários.

O empregador poderá negociar com os trabalhadores que recebam mensalmente um salário equivalente a S/.7.000 por ano, incluir todos os benefícios detalhados anteriormente, exceto a participação nos lucros, em uma remuneração integral anual pagável em doze parcelas mensais.

Expatriados

Como regra geral os empregados estrangeiros não devem exceder o 20% do quadro total de funcionários. Adicionalmente, o total das remunerações que recebam os empregados estrangeiros não deverá exceder 30% do custo total da folha. Esses limites podem ser excluídos em caso de profissionais e técnicos especializados ou pessoal de gestão de uma nova atividade empresarial ou em caso de reconversão empresarial.

Nenhuma das restrições antes referidas será aplicada para os trabalhadores estrangeiros que desenvolvam no Peru trabalhos com visto de imigrante, que se encontrem casados com cidadãos peruanos, ou que tenham filhos com cidadania peruana, pais ou irmãos e investidores estrangeiros com um investimento permanente no Peru de pelo menos 5 UTIs (S/.17.500).

Imigração

Os estrangeiros poderão ingressar no Peru sob alguma das condições migratórias detalhadas a seguir:

Tipos de Vistos outorgados no Peru

Qualificação	Tipo de visto	Possíveis atividades a realizar
Visto de Turista	Temporário	Não podem realizar nenhuma atividade pela qual recebam uma remuneração.
Visto de Negócios	Temporário	Não poderão realizar atividades geradoras de rendas de fonte peruana. Tem-se permitido a subscrição de contratos.
Visto de Trabalho	Residência	Poderão realizar qualquer trabalho sob um contrato de trabalho aprovado ante a autoridade trabalhista. No caso de trabalhadores de companhias estrangeiras, requerem apresentar à autoridade migratória, para sua autorização, o contrato de prestação de serviços, assim como o documento em que conste a designação do trabalhador ao Peru, devidamente legalizado pelo Consulado Peruano e aprovado pelo Ministério das Relações Exteriores.
Visto de Trabalho Independente	Residência	Poderão realizar investimentos ou realizar uma profissão de forma independente.
Imigrante	Residência	Não se aplicam restrições.

Seguro social

O Seguro Social de Saúde do Peru (EsSalud) dirige o sistema nacional de saúde. Os empregadores devem contribuir com 9% do total da folha de pagamento ao sistema nacional de saúde. EsSalud presta aos trabalhadores subsídio/pensões por incapacidade, enfermidade, maternidade e morte, assim como serviços médicos.

De acordo com a Lei de Segurança Social, o sistema nacional de saúde será complementado com os programas e planos de saúde que os empregadores brindem a seus trabalhadores por meio da empresa prestadora de saúde (EPS).

Os empregadores que proveem serviços de saúde mediante os planos e programas complementares se encontram também obrigados ao pagamento da contribuição a EsSalud equivalente a 9%, ao sistema nacional de saúde. Esses planos ou programas complementares de saúde se aplicam como crédito contra o 9% da contribuição para EsSalud.

Sistema de pensões

Os empregados têm que contribuir escolhendo o Sistema Nacional de Pensões (ONP) ou o Sistema Privado de Pensões (SPP). A alíquota de contribuição pelo ONP é de 13% da remuneração, enquanto que a alíquota de contribuição ao SPP é, em média, de 12,75%. Ambas proveem aos empregados pensões por aposentadoria ou incapacidade. Também cobre os gastos de enterro. Os empregadores são responsáveis pela retenção das contribuições sobre as remunerações que paguem a seus empregados.



VIII. Apresentação da informação financeira

VIII. Apresentação da informação financeira

Brasil

Pessoas jurídicas e físicas que participam de atividades comerciais devem observar os requisitos legais relativos à manutenção de registros contábeis. Os registros oficiais devem ser mantidos no idioma português e os valores devem ser expressos em moeda local (real). Outras moedas e idiomas podem ser utilizados para fins gerenciais.

A Lei No. 11.638/07 estabelece que todas as empresas abertas e empresas de grande porte (definidas como empresas cuja receita anual ultrapassa R\$300 milhões ou com total de ativos superior a R\$240 milhões) devem elaborar demonstrações financeiras anuais (informações financeiras trimestrais devem ser preparadas por entidades de capital aberto) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de serem auditadas por auditores independentes. As empresas devem elaborar demonstrações financeiras anuais, contendo balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração de lucros acumulados, geralmente incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, bem como a demonstração do fluxo de caixa e as notas explicativas às demonstrações financeiras. Além disso, as demonstrações financeiras de sociedades anônimas ou SAs devem incluir a demonstração de valor agregado. Empresas abertas com investimentos em controladas devem também elaborar e publicar demonstrações financeiras consolidadas além das suas demonstrações financeiras individuais.

Busca-se convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas internacionais de contabilidade (IFRS). Empresas abertas e instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil deverão elaborar demonstrações financeiras segundo IFRS em 2010. As normas de auditoria devem também convergir com as normas internacionais de auditoria (ISA) em 2010.

As empresas sujeitas ao controle da Comissão de Valores Mobiliários - CVM devem entregar anualmente demonstrações financeiras auditadas à CVM e, para empresas que exercem atividades regulamentadas, a outros órgãos do governo. Por exemplo, instituições financeiras e companhias de leasing devem entregar demonstrações financeiras auditadas ao Banco Central do Brasil e companhias seguradoras devem entregar as suas demonstrações financeiras à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As empresas nos referidos setores devem também entregar demonstrações financeiras auditadas semestrais.

Sociedades anônimas devem publicar demonstrações financeiras comparativas para dois exercícios no Diário Oficial e em, pelo menos, um jornal local de grande circulação. As sociedades limitadas não precisam publicar demonstrações financeiras.

Peru

A Lei Geral de Sociedades estabelece que os estados financeiros das empresas constituídas no Peru devem seguir os princípios gerais de contabilidade aceitos no Peru, assim como outras disposições sobre a matéria. O Conselho Normativo de Contabilidade tem estabelecido que os princípios gerais de contabilidade são basicamente as Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIFs) e as disposições específicas aprovadas para negócios particulares (Bancos, companhias de seguros, entre outros).

A forma de apresentação da informação financeira se sujeita à regulação emitida pela CONASEV (Comissão Nacional Supervisora de Empresas e Valores). Estas regras se encontram estreitamente vinculadas às NIIFs, e às regras internacionais de auditoria emitidas pela Federação Internacional de Contadores.

Só é obrigatório apresentar estados financeiros auditados à CONASEV para as empresas registradas no Mercado Público de Valores ou aquelas que cotizam suas ações na Bolsa de Valores.



IX. Regimes especiais de tributação

IX. Regimes especiais de tributação

Brasil

As empresas brasileiras contam com incentivos federais, estaduais e municipais. Esses incentivos têm, em geral, natureza fiscal. Programas de incentivos e benefícios diferentes são oferecidos em cada um dos referidos três níveis, disciplinados por conjuntos de regras e regulamentos independentes. Os incentivos são concedidos, em geral, com base no tipo da atividade da empresa (por exemplo, distribuição, vendas no atacado ou vendas no varejo de bens ou prestação de serviços). A maioria dos incentivos e benefícios se aplica a empresas de manufatura, sendo o número disponível para prestadores de serviços bem menor.

O Brasil se esforça para atrair investidores internacionais e grandes investimentos de capital, de forma a promover o seu desenvolvimento econômico. O número crescente de empresas globais que já fazem ou planejam fazer negócios no Brasil e a cultura brasileira de negociação criaram um ambiente em que o governo se mostra aberto para discutir e fornecer assistência às empresas que possam fornecer benefícios ao país e à sua economia.

Nos últimos anos, o governo federal ampliou os incentivos aos investimentos estrangeiros e às exportações. Os governos dos estados e municípios também continuam a oferecer incentivos fiscais e outros incentivos para investimentos nas respectivas regiões. Diversos governos municipais, especialmente os das regiões norte e nordeste do Brasil, oferecem incentivos significativos para atrair negócios para as suas regiões.

Os incentivos incluem isenção, redução ou diferimento de imposto de importação, PIS, COFINS, IPI e ICMS, e isenção de imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza - ISS.

Peru

Regime da Amazônia

Existe um regime tributário especial aplicável à execução de certas atividades econômicas que se desenvolvem na zona da Amazônia. Entre estas atividades se encontram: a agropecuária, a aquicultura, a pesca, o turismo, assim como as atividades manufatureiras vinculadas ao processamento, transformação e comercialização de produtos primários provenientes das atividades antes indicadas e à transformação florestal.

Este regime prevê alíquotas reduzidas para o Imposto de Renda de 10% e 5%, dependendo da localização dos contribuintes na zona da Amazônia.

Também, este regime estabelece exoneração e incentivos fiscais em relação ao Imposto Geral às Vendas (IGV) e ao Imposto Seletivo ao Consumo aplicáveis à importação de bens, assim como à venda de petróleo, gás natural e seus derivados em certas zonas da Amazônia.

Regime de Promoção do Setor Agrário

Permite a Recuperação Antecipada do IGV, assim como prevê uma alíquota de 1% para os adiantamentos mensais e de 15% para o pagamento da regularização do Imposto de Renda. Além do mais, estabelece uma taxa de depreciação anual de 20% para obras de irrigação e infraestrutura hidráulica, e a exoneração do IGV à venda de certos produtos agrícolas.

Regime Pesqueiro

Estabelece uma taxa de depreciação anual de 25% para as redes de pesca, enquanto que as embarcações se depreciam em 10% anual. Também se exonera do IGV da venda e importação de pescado e invertebrados aquáticos.

Regime da Atividade de Aquicultura

Prevê uma alíquota reduzida de 15% no Imposto de Renda e uma declaração anual de 20% para os bens do ativo fixo, assim como o amparo do Regime de Recuperação Antecipada do IGV.

A man in a dark suit stands on a balcony, looking out through a large glass wall at a cityscape. The balcony has a metal railing. The floor is highly reflective, showing the man's reflection. The background shows a city with various buildings and a body of water. The sky is overcast.

Apêndices

Apêndices

1. Entidades reguladoras e promotoras do investimento

Brasil

Principais entidades	Descrição
<p>CVM - Comissão de Valores Mobiliários</p> <p>Rio de Janeiro Rua Sete de Setembro, 111 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares CEP - 20050-901 Rio de Janeiro - RJ - Brasil Telefone: +55 21 3554-8686</p> <p>São Paulo Rua Cincinato Braga, 340 - 2o, 3o e 4o andares Edifício Delta Plaza CEP - 01333-010 São Paulo - SP - Brasil Telefone: +55 11 2146-2000</p>	<p>Comissão que regulamenta o mercado de valores mobiliários, derivativos e emite instruções normativas a serem observadas por sociedades anônimas que negociam suas ações em bolsa.</p>
<p>DNRC - Departamento Nacional de Registro de Comércio</p> <p>DNRC/BRASÍLIA SAUS Quadra 02 - lote 1/A Bairro : Asa Sul - Brasília - DF CEP: 70070-020 Telefone: +55 61 2109-8800</p>	<p>Entidade responsável pela regulamentação das atividades de registro de comércio das Juntas Comerciais Estaduais, com poder de emitir instruções normativas a serem seguidas pelas referidas Juntas Comerciais no Brasil.</p>
<p>BACEN - Banco Central do Brasil</p> <p>Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 3 Bloco B - Ed. Sede Brasília - DF CEP 70074-900 Telefone: +55 61 3414-1414</p>	<p>Entidade governamental responsável pela regulamentação do sistema financeiro brasileiro e questões relativas a câmbio, com poder de emitir instruções normativas. Desenvolveu um sistema de registro de todas as transações envolvendo capital estrangeiro no Brasil, denominado Sisbacen.</p>

(continua)

Principais entidades	Descrição
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual Rua Mayrink Veiga, nº 9 - Centro Rio de Janeiro/RJ - Cep: 20090-910 Telefone: +55 21 2139-3000	Entidade governamental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, responsável pelo registro de marcas, patentes, transferência de tecnologia, contratos de licenciamento e software.
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral A.N. Quadra 01 Bloco B - 70041-903 - Brasília - DF F Telefone: +55 61 3312-6666	Entidade governamental responsável por disciplinar a prospecção e exploração de minas no Brasil, com poder de emitir instruções normativas a serem observadas pelas empresas de mineração.

Peru

Principais organismos	Descrição
Banco Central de Reserva do Peru - BCRP Telf. +51 1 427-6250 www.bcrp.gob.pe	<p>É o organismo constitucional autônomo do Estado Peruano.</p> <p>De acordo com a Constituição, são funções do BCRP regular a moeda e o crédito do sistema financeiro, administrar as reservas internacionais e as demais funções que assinalam sua Lei Orgânica. Também a Constituição encarrega o BCRP a emitir notas e moedas e informar exato e periodicamente ao país sobre o estado financeiro nacional. Por outro lado, as ações do Instituto Emissor se devem orientar a manter a estabilidade monetária, evitando qualquer pressão inflacionária ou deflacionária sobre a economia.</p>
Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual - INDECOPI Telf. +51 1 224-7800 +51 1 224-7777 www.indecopi.gob.pe	Promove uma cultura de leal concorrência e protege todas as formas de propriedade intelectual (sinais distintivos, direitos de autor, patentes e biotecnologia)

(continua)

Principais organismos	Descrição
<p>Organismo Supervisor do Investimento em Energia e Mineração - OSINERGMIN</p> <p>Telf. +51 1 219-3410 +51 1 219-3400 www.osinerg.gob.pe</p>	<p>Está encarregado de supervisionar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e técnicas das atividades que desenvolvam as empresas nos subsetores de eletricidade e hidrocarbonetos, assim como o cumprimento das normas legais e técnicas referidas à conservação e proteção do meio ambiente. Também se encarrega do controle da qualidade e quantidade de combustíveis e maiores prerrogativas dentro da sua faculdade de sancionar.</p>
<p>Organismo Supervisor de Investimento Privado em Telecomunicações- OSIPTEL</p> <p>Telf. +51 1 225-1313 Fax: +51 1 475-1816 www.osiptel.gob.pe</p>	<p>Está encarregado de regular e supervisionar o mercado de serviços públicos de telecomunicações, independente das empresas operadoras.</p>
<p>Agência de Promoção do Investimento Privado - ProInversión</p> <p>Telf. +51 1 612-1209 www.proinversion.gob.pe</p>	<p>Promover o investimento não dependente do Estado Peruano a cargo de agentes sob regime privado, com a finalidade de impulsionar a competitividade do Peru e seu desenvolvimento sustentado para melhorar o bem-estar da população (vide Seção III).</p>
<p>Superintendência de Banca, Seguros e AFP - SBS</p> <p>Telf. +51 1 221-8990 Fax: +51 1 441-7760 www.sbs.gob.pe</p>	<p>É o organismo encarregado da regulação e supervisão dos Sistemas Financeiros, de Seguros e do Sistema Privado de Pensões. Seu objetivo primordial é preservar os interesses dos depositantes, dos assegurados e dos afiliados ao SPP.</p>
<p>Superintendência Nacional de Registros Públicos - SUNARP</p> <p>Telf. +51 1 221-1401 +51 1 221-0125 www.sunarp.gob.pe</p>	<p>Tem como missão outorgar segurança jurídica e brindar certeza a respeito da titularidade dos diferentes direitos que nela se registram, tendo como suporte de desenvolvimento a modernização, simplificação, integração e especialização da função de registro em todo o país.</p>

(continua)

Principais organismos	Descrição
Superintendência Nacional de Serviços de Saneamento - SUNASS Telf. +51 1 264-1440 Fax: +51 1 264-4020 www.sunass.gob.pe	É um organismo público descentralizado cuja função é normatizar, regular, supervisionar e fiscalizar a prestação dos serviços de saneamento, acautelando em forma imparcial e objetiva os interesses do Estado, dos inversionistas e do usuário.
Superintendência Nacional de Administração Tributária - SUNAT Telf. +51 1 315-0730 www.sunat.gob.pe	A SUNAT inclui a Superintendência Nacional de Aduanas. É a encarregada de administrar, fiscalizar e arrecadar os tributos internos, com exceção dos municipais. Também cumpre a função de administrar e controlar o trânsito internacional de mercadorias dentro do território aduaneiro e arrecadar os tributos aplicáveis conforme a lei, além de facilitar as atividades econômicas de comércio exterior, assim como inspecionar o trânsito internacional de pessoas e meios de transporte e desenvolver as ações necessárias para prevenir e reprimir a comissão de delitos aduaneiros.

2. Serviços da Ernst & Young para negócios e investimento

A rede global de profissionais de Ernst & Young pode ajudá-lo a encontrar alternativas financeiras, estratégicas e operativas para melhorar sua liquidez, flexibilidade financeira e rendimento das partes interessadas. Podemos ajudá-lo na construção de um negócio sustentável, tanto a curto como a longo prazo.

Principais serviços

Auditoria

- ▶ Auditoria de estados financeiros
- ▶ Revisões dos cumprimentos de estandarização
- ▶ Implementação de NIIF nas companhias e no país em que operem
- ▶ Emissões de dívida e offering circular sob regra 144 A - IPO
- ▶ Cálculos atuariais

Assessoria de negócios

- ▶ Implementação de novos negócios
- ▶ Profit Improvement
- ▶ Revenue Assurance ou Asseguramento de receitas
- ▶ Melhora e reestrutura de processo e organização
- ▶ Redução de custos

- ▶ Gestão do desempenho
- ▶ Gerenciamento de Projetos
- ▶ Controle interno e segregação de funções
- ▶ Auditoria interna
- ▶ Prevenção e investigação de fraudes
- ▶ Auditoria interna em Tecnologia da Informação
- ▶ Gestão de áreas e projetos em Tecnologias da Informação
- ▶ Gestão de segurança em Tecnologia da Informação
- ▶ Assessoria em cumprimento normativo interno e externo

Assessoria tributária

- ▶ Instituição de negócios
- ▶ Assessoria tributária
- ▶ Aduana e comércio exterior
- ▶ Preços de transferências
- ▶ Cumprimento fiscal, incluindo expatriados
- ▶ Human capital

Transações

- ▶ Due diligence financeiro, comerciais, tributário/legal, de processos e sistemas
- ▶ Estruturação de transações
- ▶ Fusões e aquisições
- ▶ Mercado de capitais
- ▶ Planejamento financeiro
- ▶ Valorizações

3. Governo e sistema político

Brasil

De acordo com a Constituição de 1988, o Brasil é uma República Federativa Presidencialista que compreende três poderes: i) Poder Executivo, o qual é exercido pelo Presidente, ii) Poder Legislativo, cuja sede é o Congresso Nacional e está dividido em duas casas parlamentares: a Câmara de Deputados e o Senado Federal, e iii) Poder Judiciário, cuja máxima autoridade é o Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República e os membros da Câmara de Deputados são eleitos cada quatro anos, enquanto que os membros do Senado Federal são a cada oito anos,

renovando um terço e dois terços alternadamente cada quatro anos. O governo atual finaliza seu mandato no ano de 2010.

Peru

De acordo com a Constituição Política de 1993, a República do Peru tem um sistema de governo presidencialista, unitário e descentralizado. Está composto por três poderes: i) Poder Executivo, o qual é exercido pelo Presidente da República e seus ministros; ii) Poder Legislativo, o qual reside no Congresso e consta de uma Câmara única de 120 congressistas, e iii) Poder Judiciário, o qual está composto pela Corte Suprema, Cortes Superiores e juízes de primeira instância.

O Presidente da República e os membros do Congresso são eleitos diretamente por voto popular cada cinco anos. O governo atual finaliza em 28 de julho de 2011. O voto é obrigatório para todos os cidadãos maiores de 18 anos.

Características dos sistemas de governo do Brasil e do Peru

	Brasil	Peru
Executivo		
Tipo de Estado	República Federativa presidencialista	República presidencialista
Exercício do poder do presidente	Chefe de Estado e de Governo	Chefe de Estado e de Governo
Duração do mandato	4 anos	5 anos
Reeleição imediata	Sim	Não
Data de mudança de governo	1º de janeiro	28 de julho
Próxima mudança de governo	2011	2011
Legislativo		
Congresso nacional	Bicameral	Unicameral
Duração do mandato	Deputados: a cada 4 anos Senadores: 8 anos, sendo a representação renovada de 4 em 4 anos, alternadamente, por um e dois terços	5 anos Não há renovação por terço
Judiciário		
Instância máxima	Supremo Tribunal Federal Responsável pela interpretação da Constituição <ul style="list-style-type: none"> ▶ Composto por 11 ministros 	Corte Suprema Compuesto por: <ul style="list-style-type: none"> ▶ Corte Suprema (em Lima) ▶ Salas Superiores (em cada Distrito Judicial) ▶ Juizados de Primeira Instância (em cada província) ▶ Juizados de paz (em cada distrito)
Outros órgãos		
	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Tribunal Superior de Justiça ▶ Tribunal Superior do Trabalho ▶ Tribunal Superior Eleitoral ▶ Tribunal Superior Militar 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Tribunal Constitucional ▶ Defensoria do Povo ▶ Conselho Nacional da Magistratura ▶ Controladoria Geral da República

Fontes: Portal do Governo Brasileiro / Portal del Estado Peruano

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Notas

[illegible]



Declaração

Esta publicação contém informação em forma resumida e está pensada somente como um guia geral de referência e de facilitação para a obtenção de seu potencial de negócios. Este documento, de nenhum modo, pretende substituir qualquer investigação exaustiva ou a aplicação de critério e conhecimento profissional. Assim mesmo, a constante dinâmica dos mercados e de sua informação resultante pode ocasionar a necessidade de uma atualização da informação incluída neste documento. Ernst & Young não se faz responsável pelos resultados econômicos que alguém, empresa ou negócio pretenda atribuir à consulta desta publicação. Para qualquer tema de negócios e investimento em particular, recomendamos solicitar a assessoria que considere apropriada.

Ernst & Young

Assurance | Tax | Transactions | Advisory

Sobre a Ernst & Young

Ernst & Young é líder global em auditoria, impostos, transações e serviços de assessoria. Conta com 2.200 profissionais no Brasil, e com 500 no Peru como parte de seus 144.000 profissionais ao redor do mundo, quem comparte os mesmos valores e um firme compromisso com a qualidade.

Marcamos a diferença ajudando nossa gente, clientes e comunidades a alcançar seu potencial.

Pode encontrar informação adicional sobre Ernst & Young em www.ey.com

©2009 Ernst & Young.
All Rights Reserved.
Ernst & Young is
a registered trademark.